

**ATA 2004ª REUNIÃO PLENÁRIA ODINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte e cinco
2 minutos, realizou-se a segunda milésima quarta reunião Plenária Ordinária do Conselho
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram
4 presentes 21 (vinte e um) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir
5 indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,
6 Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane
7 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla,
8 Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani
9 Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Márcio
10 Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maurício Marinho
11 Iwai e Rodrigo Fernando Presotto. Estive presente também a gestora da Subsede São José do
12 Rio Preto, Claudia Cristina Lofrano, conforme lista de presença anexa, onde constam os
13 registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão
14 da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
15 **Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência das/os
16 conselheiras/os: Andrea Mataresi, Beatriz Marques de Mattos, Maria das Graças Mazarin de
17 Araújo, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz de Oliveira, Mary Ueta. **1.2) Ausência não**
18 **justificada** - Camila Teodoro Godinho e Clarice Pimentel Paulon. **1.3) Portal da Transparência**
19 – A conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos Santos solicita a cooperação de todas/os no
20 sentido de atualizar seus registros para que as informações pertinentes sejam incluídas no Portal
21 da Transparência. **1.4) Chamamento de Audiência Pública** – A respeito da audiência pública
22 que havia sido convocada anteriormente, Luciana Stoppa dos Santos, informa ao plenário que
23 deverá ocorrer em breve, em data ainda a ser divulgada. Aristeu Bertelli da Silva questiona qual
24 será o formato da audiência, se será compartilhada, em forma de assembleia e se pretendem
25 chamar outras/os conselheiras/os para participar desse processo. Luciana Stoppa elucida que
26 tão logo seja agendada uma data, será compartilhada, mas que a metodologia e o formato ainda
27 não estão definidos e, dessa forma, as indicações de Aristeu serão consideradas na organização
28 do processo. A proposta de metodologia será apresentada na plenária do dia 11 de novembro,
29 para discussão do plenário. Bruna Lavinias Jardim Falleiros pede que o material seja
30 encaminhado com antecedência às/aos conselheiras/os. **1.5) Avaliação do trabalho das**
31 **Subsedes** - A mesa diretora informa que, em breve, será agendada reunião junto às comissões
32 gestoras e coordenações de Subsedes para, conjuntamente, dialogarem para avaliação deste
33 ano de 2017. **II) APROVAÇÃO DAS ATAS 1977ª (10/06/17), 1985ª (05/08/17) e 1988ª**
34 **(12/08/17)** – A mesa Diretoria submete ao plenário as atas das plenárias de número 1977, de 10
35 de junho de 2017, 1985, de 05 de agosto de 2017, e 1988, de 12 de agosto de 2017. As minutas
36 já haviam sido encaminhadas previamente para leitura do pleno. **Encaminhamento:** São

37 aprovadas as atas das plenárias de número 1977 e 1985. O plenário repauta para a plenária
38 subsequente a aprovação da ata da plenária 1988, pois há manifestação de conselheiros/os de
39 que não foi possível a apreciação desta ata. **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS**
40 **FÍSICA E JURÍDICA** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira submete ao plenário a apreciação
41 dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram
42 subscritos os seguintes processos: Pessoa Física - 442 (quatrocentos e quarenta e dois) novas
43 inscrições, 117 (cento e dezessete) reativações, 16 (dezesesseis) inscrições secundárias, 39 (trinta
44 e nove) inscrições por transferência, 21 (vinte e um) suspensão da solicitação por desistência,
45 167 (cento e sessenta e sete) cancelamentos a pedido; 10 (dez) cancelamentos por óbito, 20
46 (vinte) cancelamentos por transferência, 31 (trinta e um) cancelamentos por não apresentação
47 de diploma. Pessoa Jurídica - 43 (quarenta e três) registros; 04 (quatro) Cadastros; 03 (três)
48 alterações contratuais e 10 (dez) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos analisados:
49 923 (novecentos e vinte e três), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV)**
50 **APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** - O plenário tomou conhecimento da relação de
51 psicólogas/os para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na modalidade
52 Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Escolar/Educacional; 03 (três) na área de
53 Psicologia do Trânsito; 05 (cinco) na área de Psicologia Clínica; 01 (um) na área de Psicologia
54 Hospitalar; 01 (um) na área de Psicopedagogia; 01 (um) na área de Neuropsicologia. Na
55 modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 04 (quatro) na área de Psicologia do Trânsito; 02
56 (dois) em Psicologia Clínica, 01 (um) na área de Psicologia Hospitalar; e 01 (um) em
57 Neuropsicologia. Assim, o total geral é de 20 (vinte) títulos de especialistas ratificados, sendo 20
58 (vinte) deferidos, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V) CREDENCIAMENTO**
59 **DE SITES** - Foram analisados 7 (sete) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu
60 parecer favorável a 6 (seis) pedidos com protocolos: 706143571 (06/81536), 006245133
61 (06/54234), 106242570 (06/128853), 406645523 (06/54761), 706143276 (06/25533), 406345105
62 (06/15665). E apresentou parecer de Cancelamento ao protocolo 506735205 (06/62454),
63 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI) INDEFERIMENTO DE PJ** - O
64 conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira submeteu ao plenário a solicitação
65 de inscrição de 03 (três) Pessoas Jurídicas, cujo parecer da Comissão de Orientação e
66 Fiscalização é pelo indeferimento. Trata-se de pedidos de pessoas jurídicas conhecidas como
67 Comunidades Terapêuticas, são elas: Pedido nº 189449 - Centro Terapêutico Coríntios Ltda -
68 ME; Pedido nº 184288 - Amambay Assistência Psicossocial Ltda - ME, Pedido nº 190831 -
69 Casa de Sião. **Encaminhamento:** O plenário referendou o indeferimento das três solicitações de
70 inscrição de pessoa jurídica citadas. **VII) ASSUNTOS FINANCEIROS** – Guilherme Rodrigues
71 Raggi Pereira informa que a reformulação do orçamento programa será repautada. Explica que o
72 Plano de Ação 2018, Orçamento e finalização do Planejamento Estratégico devem ser
73 prioridades, devido ao prazo. Luciana Stoppa apresenta, então, que a proposta da mesa diretora
74 é de priorizar o orçamento e o Planejamento Estratégico. Considerações do plenário: 1) Vinicius

75 Cesca de Lima pondera que não discorda da leitura das prioridades, mas entende que não é
76 necessário repautar os demais pontos, pois já são pontos pendentes de plenárias anteriores.
77 Comenta que um dos pontos financeiros diz respeito à Resolução de Mala-direta, e havia sido
78 repautado para apropriação do conteúdo da Resolução. Interromper isso prejudica no
79 orçamento. Assim, sua proposta é que se pautem esse ponto pendente e que discutam os demais
80 na sequência. 2) Guilherme Raggi preocupa-se com o tempo, mantendo a proposta de que os
81 dois pontos indicados pela mesa sejam discutidos com prioridade. Propõe que seja feita reunião
82 entre a tesouraria atual e a anterior, para discutir posteriormente os pontos pautados de
83 assuntos financeiros. 3) Marcio Magalhães comenta que, pelo que entendeu, a proposta
84 apresentada por Guilherme Raggi é de que Vinicius Cesca seja convidado a participar das
85 discussões, antes de que os pontos sejam apresentados em plenário. Dessa forma, concorda
86 com a proposta apresentada por Guilherme Raggi, mas com a inclusão da discussão sobre a
87 Resolução de Mala-direta. 4) Vinicius Cesca reforça sua proposta. Havia a proposta de
88 deliberação sobre a Resolução de Mala-Direta e, se a mesa não colocar em pauta de discussão,
89 precisa, no mínimo, justificar o desrespeito à deliberação de plenária. Não entende a razão de
90 postergar novamente essa discussão. Ainda, sobre a proposta de reunião conjunta entre
91 tesoureiros, quer que seja discutido em plenária e não em uma sala fechada. Assim, sua
92 proposta de ordem de discussão é: a) Resolução de Mala-Direta; b) Assuntos financeiros
93 prioritários (Orçamento, Finalização do Planejamento Estratégico); c) demais assuntos
94 financeiros. 5) Guilherme Rodrigues Raggi Pereira entende ser importante lembrar que não
95 houve consideração da proposta de transição de tesouraria. Entende a proposta apresentada,
96 mas convida Vinicius a uma conversa para alinhar os pontos para apresentarem ao plenário.
97 Seria uma reunião de transição, que ainda não ocorreu. E, para esta plenária, que se priorizem
98 os pontos de Planejamento Estratégico e de Orçamento. 6) Vinicius Cesca comenta que uma
99 das características de um golpe é que não há transição. Se o tesoureiro atual quer informações
100 em relação à tesouraria, ele se recusa a fazer a portas fechadas, deverá ser feito no plenário.
101 Ainda, não vê sentido em uma reunião entre os dois conselheiros uma vez que os pontos já
102 foram discutidos em plenário. Defende sua proposta inicial, de discussão dos pontos prioritários,
103 seguida pelos demais pontos. 7) Luciana Stoppa pondera que, então, será necessário votar.
104 Assim, apresenta que as propostas são: a) Discussão dos pontos “Plano de Ação 2018”,
105 “Resolução CRP nº 01/2015 – Mala Direta” e “Contratação de Consultoria para o PE 2018” e
106 repautar os demais; e, b) Discussão desses mesmos pontos, prioritariamente, mas seguir com
107 as discussões dos demais pontos (“Reformulação do Orçamento Programa de 2017”, “Alteração
108 nos procedimentos de registro, processamento e pagamento de Ajudas de Custo”, “Estudo sobre
109 o uso de táxi” e “Compra do Imóvel”). 8) Vinicius Cesca questiona porque seguirão para votação,
110 se posteriormente, será necessário novamente fazer priorização da pauta dos demais pontos
111 pautados. Assim, sua proposta é que discutam os três pontos para os quais há consenso de
112 prioridade e, posteriormente, façam a priorização de forma ampla, inclusive com os demais

113 pontos financeiros. Ficará para o final da pauta, mas acredita que não devem repautar.
114 **Encaminhamento:** Luciana Stoppa dos Santos questiona o plenário, que consensua que sejam
115 discutidos os três pontos acordados como prioridade e, na sequencia, se faça a priorização de
116 pauta dos demais pontos. **7.1) Resolução CRP nº 01/2015 (Mala Direta)** – Guilherme Raggi
117 apresenta que na plenária de 08 de julho, quando foi pauta da Diretoria, à época,
118 de revogação da Resolução CRP nº 01/2015, que versa sobre o serviço de venda de mala direta
119 por este CRP SP, o plenário apontou a necessidade de apropriação do texto da Resolução, e
120 indicado que o assunto seria pauta em plenária posterior, para deliberação. Dessa forma,
121 indica que o impacto da revogação, para o Orçamento, é pequeno e será feito o ajuste, no caso
122 de o plenário aprovar a revogação. Luciana Stoppa pontua que está entendendo que há
123 consenso na revogação da Resolução. Vinicius Cesca de Lima registra que a proposta é de
124 revogação tanto da Resolução, quanto à extinção dos serviços por parte deste CRP SP, para
125 que não possa surgir o entendimento de possibilidade de continuidade do serviço de forma não
126 regulamentada. **Encaminhamento:** O plenário revoga a Resolução CRP nº 01/2015 e extingue
127 os serviços de mala direta. **7.2) Reformulação do Orçamento Programa 2017** - O conselheiro
128 tesoureiro Guilherme Rodrigues Raggi faz a apresentação da Proposta Orçamentária para o
129 exercício que se findará em 31/12/2018. Ela é baseada no valor da anuidade aprovada pela
130 Assembleia Geral Ordinária, realizada na sede em 15 de setembro de 2017. Foram adotados os
131 seguintes critérios para a elaboração do Orçamento: **1) Número de Inscritos** - para pessoa física
132 é total é de 88.806 (oitenta e oito mil, oitocentos e seis) psicólogas/os inscritas/os e ativas/os e
133 para pessoa jurídica é de 1.866 (um mil, oitocentos e sessenta e seis) entidades, que é o número
134 existente na base de dados na data de elaboração do orçamento e somando-se a projeção de
135 novas/os inscritas/os, reativadas/os e canceladas/os para o próximo ano, no quantitativo líquido
136 de 2.800 (dois mil e oitocentos). **2) Valor de Anuidade** – o quantitativo aprovado na Assembleia
137 para pessoa física foi o valor de R\$ 452,20 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte
138 centavos) e para pessoa jurídica, com capital até 50 (cinquenta) mil reais, R\$ 707,85 (setecentos
139 e sete reais e oitenta e cinco centavos); com capital acima de 50 (cinquenta) mil reais e até 200
140 (duzentos) mil reais, R\$ 1.409,36 (um mil, quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos);
141 com capital acima de 200 (duzentos) mil reais até 500 (quinhentos) mil reais, R\$ 2.110,86 (dois
142 mil, cento e dez reais e oitenta e seis centavos); com capital acima de 500 (quinhentos) mil reais
143 até 1 (um) milhão de reais, R\$ 2.812,36 (dois mil, oitocentos e doze reais e trinta e seis
144 centavos); com capital acima de 1 (um) milhão de reais até 2 (dois) milhões de reais,
145 R\$3.513,87; com capital acima de 2 (dois) milhões de reais e até 10 (dez) milhões de reais,
146 R\$4.215,37 (quatro mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos); com capital acima de
147 10 (dez) milhões de reais, R\$5.618,38 (cinco mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e oito
148 centavos). Nesses valores, já está incluso R\$6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) por
149 boleto, que é repassado ao Conselho Federal a título de Fundo de Seções, conforme decisão da
150 APAF. **3) Forma de Pagamento de Pessoa Física** - Conforme aprovação da Assembleia e a

151 Resolução CFP nº 011/17, os pagamentos antecipados terão descontos de 10% e 5%, sendo
152 10% para pagamento antecipado – à vista - em janeiro, o que significa anuidade no valor de R\$
153 406,98 (quatrocentos e seis reais e noventa e oito centavos), e desconto de 5% para pagamento
154 antecipado – à vista - em fevereiro, o que significa a anuidade no valor de R\$ 384,37 (trezentos
155 e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Para pagamentos à vista em março, não
156 haverá desconto. Também é possível o pagamento de anuidades em 05 (cinco) parcelas iguais e
157 consecutivas, sem desconto, no valor de R\$ 90,44 (noventa reais e quarenta e quatro centavos),
158 com vencimentos em 31/01, 28/02, 31/03, 30/04 e 31/05 do próximo ano. Os valores pagos fora
159 do vencimento serão acrescidos de multa de 2% e juros de 0,5% ao mês. **4) Forma de**
160 **Pagamento Pessoa Jurídica** - Em 05 (cinco) parcelas iguais e consecutivas, conforme o valor do
161 Capital Social. As regras para desconto seguem o mesmo critério de pessoa física. **5) Anuidade**
162 **para novos inscritos** - Para pagamento em cota única, será concedido o desconto de 20%. **6)**
163 **Receita Patrimonial** - É calculada assumindo aplicação em Certificado de Depósito Bancário, em
164 que há uma taxa anual sinalizada pelo Banco Central de 7,50% ao ano. **7) Percentual de**
165 **Inadimplência** - Foi adotado o percentual médio dos últimos três anos (2014 a 2016), ou seja,
166 25,59% sobre as anuidades previstas para o ano 2018. Sendo que, para as anuidades de anos
167 anteriores e a dívida ativa demonstram a receita pelo valor bruto, na conta denominada "Outras
168 Receitas Correntes" e criaram uma Reserva de Inadimplência de anos anteriores, adotando o
169 percentual de 69% para criação da mesma. **8) Cálculo do Cota Parte** - Foi considerado 20%
170 sobre toda a arrecadação decorrente de contribuições de anuidades, emolumentos, multas,
171 juros, excluindo-se a inadimplência e receitas patrimoniais e de capital **9) Fundo de Seções** - Foi
172 utilizado o número de psicólogas/os escritos, pessoa física e jurídica, menos a inadimplência
173 multiplicada por R\$ 6,35 (Seis reais e trinta e cinco centavos). **10) Fundo de Revista** - Foi
174 considerado 5% sobre as receitas de anuidades de pessoa física, menos a inadimplência. **11)**
175 **Tabela de Taxas e Emolumentos** - Dentro da banda estabelecida pelo Conselho Federal de
176 Psicologia, optou-se pelos percentuais mínimos ficando desta forma: **a)** Inscrição de Pessoa
177 Física 10% s/ anuidade – R\$45,22 (quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos); **b)** Segunda
178 Via Carteira Pessoa Física 4% s/ anuidade – R\$ 18,09 (dezoito reais e nove centavos); **c)** Taxa
179 de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% sara capital até R\$ 50 (cinquenta) mil reais - R\$
180 247,75 (duzentos e quarenta e sete centavos e setenta e cinco centavos); **d)** Taxa de Inscrição
181 Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 50 mil reais até R\$ 200 mil reais; **e)** Taxa
182 de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 50 (cinquenta) mil reais até
183 R\$ 200 (duzentos) mil reais - R\$ 493,28 (quatrocentos e noventa e três reais e vinte e oito
184 centavos); **f)** Taxa de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 200 mil
185 reais até R\$ 500 mil reais - R\$ 738,80 (setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos); **g)**
186 Taxa de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 500 mil reais até R\$
187 1.000 milhão de reais - R\$ 984,33 (novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e três reais); **h)**
188 Taxa de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 1.000 milhão reais até

189 R\$ 2.000 milhões de reais - R\$ 1.229,85 (um mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco
190 centavos); e, i) Taxa de Inscrição Pessoa Jurídica taxa de 35% para capital acima de R\$ 2.000
191 milhão reais até R\$ 10.000 milhões de reais - R\$ 1.966,43 (um mil, novecentos e sessenta e seis
192 reais e quarenta e três centavos). **12) Pessoal Civil** - As despesas com pessoal civil estão
193 projetadas com aumento para o exercício de 2018 de 2,0776%, conforme variação do INPC e
194 uma previsão de 2% para anuênio e eventual aumento real pelo Acordo Coletivo. Também
195 considera uma correção na base da folha de 2% pela implantação do novo PCCS. As despesas
196 com pessoal civil equivalem as 57,66% da receita líquida e 59,46% da receita líquida quando
197 confirmada admissão de 13 (treze) funcionárias/os, via concurso, vagas que hoje são ocupadas
198 por funcionárias/os temporárias/os. **13) Apoio Funcional** - As despesas foram reajustas e
199 corrigidas pelo mesmo índice das anuidades, 2,0776% pelo INPC de julho/2017. Considera
200 despesas com a criação da subsede do Alto Tiete. **14) Informática** - Considere 3,50% da receita
201 líquida com investimentos na reconfiguração da área de informatização do CRP. **15) O**
202 investimento em imóveis segue o programa estabelecido nas Assembleias Orçamentárias de
203 anos anteriores. **16) O** orçamento anexo está demonstrado em cinco áreas, a saber: Área I –
204 Pessoal Civil, Área II – Apoio Funcional, Área III – Investimentos e Inversões, Área IV – Ações
205 Políticas – Estaduais, Área V – Ações Políticas – Subsedes e Área VI – Fundo de Reserva.
206 Considerações do plenário: 1) Vinicius Cesca de Lima questiona a metodologia de discussão. O
207 material foi recebido no dia anterior, apesar ter solicitado há 4 (quatro) dias o acesso e que há
208 outros questionamentos apresentados à Diretoria sem resposta. Apesar das dificuldades,
209 conseguiram fazer a leitura do material encaminhado. Informa que possui 21 (vinte e um)
210 destaques à proposta apresentada e questiona a mesa como deve proceder, se diz um a um, ou
211 já apresenta o conjunto completo e, depois a Diretoria esclarece. 2) Maria Rozineti Gonçalves
212 indica que se apresente o conjunto de destaques, para que possam compreender o todo. 3)
213 Márcio Magalhães da Silva questiona se Vinicius Cesca de Lima sistematizou seus destaques,
214 sugerindo que passe para projeção, o que agilizaria a discussão. 4) **Destaques à proposta**
215 **apresentada:** Vinicius Cesca informa um conjunto de seus destaques, para os quais, espera ser
216 elucidado: 1) Para as anuidades Pessoas Físicas de Exercícios Anteriores há discriminado como
217 valor real R\$ 833.981,21 (oitocentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e
218 um centavos), sendo que o valor, de acordo com os dados disponíveis no Portal da
219 Transparência, seria de R\$ 2.082.490,90 (dois milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e
220 noventa reais e noventa centavos), ou seja, o equivalente a 40,05%. 2) Em despesas, consta na
221 rubrica Adicional por Tempo de Serviço a proposta orçamentária de R\$ 339.296,20 (trezentos e
222 trinta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos), sendo que a verba destinada
223 a essa rubrica para 2017 foi de R\$ 847.071,66 (oitocentos e quarenta e sete mil, setenta e um
224 reais e sessenta e seis centavos) e a projeção para execução neste ano é de R\$ 658.485,50
225 (seiscentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco mil e cinquenta centavos). 3)
226 Consta na rubrica Abono e 1/3 de Férias a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 164.223,74

227 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), sendo
228 que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 380.640,92 (trezentos e oitenta mil reais,
229 seiscentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) e a projeção de execução em 2017 é de
230 R\$ 281.794,42 (duzentos e oitenta mil reais, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e
231 dois centavos). **4)** Consta na rubrica Gratificação de Horas Extras a proposta orçamentária para
232 2018 de R\$ 180.889,53 (cento e oitenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três
233 centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 565.725,16 (quinhentos e
234 sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos) e a projeção de
235 execução em 2017 é de R\$ 222.863,60 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e três
236 reais e sessenta centavos). **5)** Consta na rubrica Férias a proposta orçamentária para 2018 de
237 R\$ 739.037,87 (setecentos e trinta e nove mil, trinta e sete reais e oitenta e sete centavos),
238 sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 999.860,93 (novecentos e noventa e nove
239 mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e três centavos) e a projeção de execução em 2017 é
240 de R\$ 492.822,98 (quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e
241 oito centavos). **6)** Consta na rubrica Auxílio Creche P/ Funcionários a proposta orçamentária
242 para 2018 de R\$ 65.580,73 (sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e três
243 centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 168.094,20 (cento e sessenta
244 e oito mil, noventa e quatro reais e vinte centavos) e a projeção de execução em 2017 é de R\$
245 128.439,76 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos).
246 **7)** Consta na rubrica Utensílios Diversos a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 9.206,72
247 (nove mil, duzentos e seis reais e setenta e dois centavos), sendo que no orçamento de 2017
248 esse valor foi de R\$ 3.667,32 (três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e dois
249 centavos) e a projeção de execução em 2017 é de R\$ 2.811,78 (dois mil, oitocentos e onze reais
250 e setenta e oito centavos). **8)** Consta na rubrica Artigos Mat. Conservação Bens Móveis e
251 Imóveis a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 134.699,13 (cento e trinta e quatro mil,
252 seiscentos e noventa e nove reais e treze centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse
253 valor foi de R\$ 21.564,44 (vinte e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e
254 quatro centavos) e a projeção de execução em 2017 é de R\$ 15.995,70 (quinze mil, novecentos
255 e noventa e cinco reais e setenta centavos). **9)** Consta na rubrica Materiais para Instalação
256 Elétrica a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 12.271,49 (doze mil, duzentos e setenta e um
257 reais e quarenta e nove centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$
258 1.944,07 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) e a projeção de
259 execução em 2017 é de R\$ 535,32 (quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos). **10)**
260 Consta na rubrica Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos a proposta orçamentária
261 para 2018 de R\$ 366.869,24 (trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais
262 e vinte e quatro centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 100.416,76
263 (cem mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos) e a projeção de execução
264 em 2017 é de R\$ 77.075,70 (setenta e sete mil e setenta e cinco reais e setenta centavos). **11)**

265 Consta na rubrica Locação de Bens Imóveis a proposta orçamentária para 2018 de R\$
266 120.276,64 (cento e vinte mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos),
267 sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 83.342,03 (oitenta e três mil, trezentos e
268 quarenta e dois reais e três centavos) e a projeção de execução em 2017 é de R\$ 42.410,10
269 (quarenta e dois mil, quatrocentos e dez reais e dez centavos). **12)** Consta na rubrica
270 Manutenção e Conservação dos Bens Imóveis a proposta orçamentária para 2018 de R\$
271 102.715,61 (cento e dois mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos), sendo que
272 no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 66.186,58 (sessenta e seis mil, cento e oitenta e seis
273 reais e cinquenta e oito centavos) e a projeção de execução em 2017 é de R\$ 80.291,00 (oitenta
274 mil, duzentos e noventa e um reais). **13)** Consta na rubrica Serviços de Telecomunicações a
275 proposta orçamentária para 2018 de R\$ 258.358,91 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e
276 cinquenta e oito reais e noventa e um reais), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de
277 R\$ 556.841,00 (quinhentos e cinquenta e seis reais, oitocentos e quarenta e um reais) e a
278 projeção de execução em 2017 é de R\$ 309.274,04 (trezentos e nove mil, duzentos e setenta e
279 quatro reais e quatro centavos). **14)** Consta na rubrica Apoio a Eventos a proposta orçamentária
280 para 2018 de R\$ 349.518,21 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e vinte
281 e um centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 174.357,60 (cento e
282 setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) e a projeção
283 de execução em 2017 é de R\$ 89.298,48 (oitenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e
284 quarenta e oito centavos). **15)** Consta na rubrica Produção Gráficas de Jornais a proposta
285 orçamentária para 2018 de R\$ 522.712,87 (quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e doze reais
286 e oitenta e sete centavos), sendo que no orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 326.002,29
287 (trezentos e vinte e seis mil e dois reais e vinte e nove centavos) e a projeção de execução em
288 2017 é de R\$ 4.572,00 (quatro mil, quinhentos e setenta e dois reais). **16)** Consta na rubrica
289 Serviços de Limpeza a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 265.694,56 (duzentos e sessenta
290 e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sendo que no
291 orçamento de 2017 esse valor foi de R\$ 653.619,86 (seiscentos e cinquenta e três mil,
292 seiscentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos) e a projeção de execução em 2017 é de
293 R\$ 510.626,20 (quinhentos e dez mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos). **17)**
294 Consta na rubrica Serviços de Jardinagem a proposta orçamentária para 2018 de R\$ 13.987,78
295 (treze mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), sendo que no orçamento
296 de 2017 esse valor foi de R\$ 7.086,08 (sete mil, oitenta e seis reais e oito centavos) e a projeção
297 de execução em 2017 é de R\$ 6.123,86 (seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta e seis
298 centavos). **18)** No orçamento por Elemento Contábil, destaca, em bloco, os itens “Diárias de
299 Representantes e Convidados” (valor orçado para 2018: R\$ 86.161,38; orçado para 2017: R\$
300 74.980,35; previsão de execução em 2017: R\$ 28.061,08), “Diárias de Comissão Gestora” (valor
301 orçado para 2018: R\$ 90.736,70; orçado para 2017: 63.530,30; previsão de execução em 2017:
302 R\$ 59.476,84), “Jetom” (valor orçado para 2018: R\$ 0,00; orçado para 2017: R\$ 153.199,93;

303 previsão de execução em 2017: R\$ 3.000,00), “Plenária Ordinária” (valor orçado para 2018: R\$
304 84.512,78; orçado para 2017: R\$ 83.619,33; previsão de execução em 2017: R\$ 56.591,46),
305 “Plenária Ética” (valor orçado para 2018: R\$ 99.897,94; orçado para 2017: R\$ 61.750,82;
306 previsão de execução em 2017: R\$ 34.175,48), “Ajuda de Custo de Conselheiros” (valor orçado
307 para 2018: R\$ 89.604,40; orçado para 2017: R\$ 131.375,97; previsão de execução em 2017: R\$
308 97.418,78), “Ajuda de Custo Representantes e Convidados” (valor orçado para 2018: R\$
309 87.581,15; orçado para 2017: 355.777,41; previsão de execução em 2017: 133.677,66), “Ajuda
310 de Custo Comissão Gestora” (valor orçado para 2018: R\$ 88.992,69; orçado para 2017: R\$
311 397.299,11; previsão de execução em 2017: R\$ 340.303,64), “Diárias de Conselheiros” (valor
312 orçado para 2018: R\$ 98.217,79; orçado para 2017: R\$ 48.686,93; previsão de execução em
313 2017: R\$ 17.626,58). **19)** “Hospedagens da Comissão Gestora”(valor orçado para 2018: R\$
314 89.662,82; orçado para 2017: R\$ 98.820,56; previsão de execução em 2017: R\$ 19.663,10),
315 “Hospedagens de Representantes/ Convidados” (valor orçado para 2018: R\$ 89.558,27; orçado
316 para 2017: R\$ 175.873,88; previsão de execução em 2017: R\$ 26.118,30), “Hospedagens de
317 Conselheiros” (valor orçado para 2018: R\$ 102.265,42; orçado para 2017: R\$ 63.982,87;
318 previsão de execução em 2017: R\$ 48.456,28). **20)** No orçamento por Elemento Contábil,
319 destaca, em bloco, os itens “Deslocamentos da Comissão Gestora” (valor orçado para 2018: R\$
320 105.016,43; orçado para 2017: R\$ 210.925,11; previsão de execução em 2017: R\$ 52.111,66),
321 “Deslocamentos de Representantes/ Convidados” (valor orçado para 2018: R\$ 156.393,77;
322 orçado para 2017: R\$ 350.816,02; previsão de execução em 2017: R\$ 115.638,22),
323 “Deslocamentos das Plenárias (Hotel, Deslocamentos)” (valor orçado para 2018: R\$ 108.593,48;
324 orçado para 2017: R\$ 4.425,64; previsão de execução em 2017: R\$ 1.313,80), “Deslocamentos
325 de Conselheiros” (valor orçado para 2018: R\$ 103.809,12; orçado para 2017: R\$ 71.217,89;
326 previsão de execução em 2017: R\$ 39.965,26). **21)** Ressalta que lhe chamou atenção a
327 diferença entre os valores praticados em 2017 e o que está sendo projetado para 2018 nas
328 rubricas destinadas: a pessoal civil, diárias, ajudas de custo e hospedagem, gastos com
329 locomoção e apoios a eventos. Considera expressiva a diferença nos valores e solicita
330 esclarecimento. **5)** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que considerou importantes os
331 destaques. Pelo que entendeu, Vinicius fez uma comparação entre os orçamentos de 2017 e a
332 proposta para 2018. Ressalta que a construção do orçamento foi feita pela equipe técnica e que
333 o gerente geral poderá aprofundar mais a metodologia. De maneira geral, é importante indicar o
334 quanto o real ficou abaixo do orçado. **6)** O gerente geral, Diógenes Pepe, pontua que ficou em
335 dúvida quanto à receita. Não entendeu o que Vinicius Cesca quis dizer com “créditos anteriores”.
336 **7)** Vinicius Cesca de Lima que esses dados são os que constam no Portal da Transparência. **8)**
337 Diógenes Pepe informa que não tem como explicar neste momento esse dado, mas pode fazer
338 uma pesquisa mais aprofundada. Com relação às despesas, está sendo comparado orçado
339 versus orçado. Este ano, tomaram por base o orçamento contábil de 7 (sete) meses, ou seja,
340 até julho de 2017. A parte que envolve recursos de anos anteriores diz respeito à Dívida Ativa.

341 Não tem como explicar os dados que tem quando comparados de um ano para outro apenas
342 olhando assim, não são confiáveis. Precisa de um tempo para análise. Tomaram por base os 7
343 (sete) meses e projetaram para 12 (doze) meses, considerando a estimativa de inflação. Quanto
344 às ajudas de custo, diárias, hospedagens e quilometragem, informa que o número sai do PE,
345 assim, se trata de uma mera distribuição de valores projetados. Pede que não se considere a
346 parte que envolve ações políticas. Informa que pode explicar, com relação a todas as despesas
347 pontuadas, a metodologia de construção do orçamento. Indica que se constrói o orçamento do
348 ano a partir de dados reais e não comparando orçado com orçado. 9) Vinicius Cesca explica que
349 não comparou apenas o valor orçado, mas também segundo os dados que estão no Portal da
350 Transparência, até junho. Questiona sobre como se chega à diferença de valores no orçamento
351 para “adicional por tempo de serviço”, em que passa de R\$ 847.071,66 em 2017 para R\$
352 339.296,20 em 2018. 9) Diógenes Pepe, gerente geral, explica que somente pode falar sobre a
353 metodologia adotada, não há como explicar o dado no detalhe. 10) Vinicius Cesca diz no item de
354 “receita de anuidades de anos anteriores” a diferença parece ser decisiva. Somente neste item
355 houve uma diminuição de R\$ 1.200.000,00, o que muda o cenário. Outros itens, como, por
356 exemplo, o Jornal Psi, questiona como se chega no valor de R\$ 200.000,00 a mais. Na mesma
357 lógica, o serviço de limpeza e jardinagem. Na parte das despesas, o que mais o preocupou
358 foram, sobretudo, os itens de folha de pagamento. Se há divergência, parece ser decisivo se vão
359 executar o que precisa. Não tem a noção exata do que pode significar a diferença de números,
360 mas pode ser um prejuízo real. Ainda, questiona como se chega, em “apoio a eventos” a um
361 número que é o dobro do valor anteriormente orçado. 11) Diógenes Pepe indica que pessoal civil
362 não desconsidera um erro de formulação, quando projeta uma parte, mas ressalta que não pode
363 explicar o número neste momento, somente a metodologia. 12) Evelyn Sayeg considera que o
364 conjunto de apontamentos é bastante importante, pois coloca de forma pedagógica o que o
365 número aponta enquanto política. Olhando para isso é preciso entender porque o número das
366 anuidades é tão discrepante, ou se está equivocado e não é este ou há um problema para
367 discutir que políticas irão conduzir hoje. Este é um exemplo, há também outros dados colocados
368 por Vinicius. Há uma questão séria: ou os dados estão equivocados ou inacessíveis, uma vez
369 que não consegue fazer a conta e entender os dados que estão dispostos no Portal da
370 Transparência. Precisam dos dados que foram construídos para entender as intenções e de que
371 forma precisariam discutir os números. Questiona se a política pensada no Planejamento
372 Estratégico foi desconsiderada. Sobre o orçamento apresentado, enquanto conselheira, não está
373 elucidada, precisa de explicação sobre ele. Neste momento, não aprova orçamento. 13) Bruna
374 Lavinias Falleiros diz que fica com dificuldade por não compreender como as questões funcionam
375 e pede esclarecimento. Fica com a sensação de que as ferramentas são suscetíveis a erro, mas
376 deve existir uma margem de erro, com um limite. Se forem erros que o Sistema produz,
377 questiona qual é esse sistema que produz tantos erros. Qual o propósito de construir esse
378 documento e, juridicamente falando, qual a margem de erro que o documento tem que ter, pois

379 deve haver um limite e não essa discrepância de 40%. Muitas questões precisam ser discutidas
380 e revistas e não é nesses 3 (três) dias antes que isso será feito, é preciso ter um treinamento
381 para isso. O dinheiro provém das anuidades da categoria. De fato, não é possível aprovar a peça
382 orçamentária nesta data. 14) Rodrigo Presotto comenta que, desde que assumiram, a gestão foi
383 calcada na equipe técnica. Entende que há alguns aspectos que precisam ser compreendidos
384 neste momento, ainda que os reste esclarecer, não comprometem a peça orçamentária como
385 um todo. Foi feita uma projeção a partir do efetivamente gasto no ano vigente, conforme
386 Diógenes Pepe apontou. Gostaria que a equipe técnica pudesse trazer mais informações a este
387 respeito. 15) Guilherme Raggi diz que é possível pedir dilação de prazo para averiguar as
388 questões. Pede sistematização das dúvidas que irão encaminhar para o financeiro. **Questão de**
389 **ordem**, ao ter uma projeção inicial, conversou com Pepe, para pensar que ponto que não teriam
390 contemplado antes. Não é questão de como encaminhar política financeira e sim de olhar qual a
391 capacidade política. Não têm a noção precisa de qual valor terão para as ações políticas, pode
392 ser um valor equivocado, mas pareceu responsável poder olhar primeiro qual seria o valor
393 disponível. É preciso compreender que, sobre a margem de erro, parte está relacionada ao
394 funcionamento humano. Como apontou na proposta a previsão do orçamento é necessária para
395 poder planejar as ações. Informa que já tinha conversado anteriormente com o CFP para
396 entender qual a possibilidade de dilação do prazo. Há previsão de um período interessante de
397 dilação de prazo, assim, seria possível voltar a apreciar esta peça na próxima plenária. 16)
398 Regiane Piva pede que já sejam feitos os apontamentos das dúvidas. 17) Vinicius Cesca
399 comenta que o conselheiro Rodrigo Presotto fez uma tentativa de oposição incompreensível.
400 Apresentou dúvidas para a área técnica, inclusive. Importante dizer que a responsabilidade da
401 peça orçamentária é do plenário. Isto não significa a tentativa de desqualificação, e os
402 apontamentos foram na tentativa de dialogar e entender os números. Do campo da atividade
403 humana e da possível fragilidade do Sistema, indica que podem ser fatores que tenham
404 ocasionado a divergência dos números, mas é preciso esclarecer isso. Discorda de Guilherme,
405 pois, para ele, o ideal a ser alcançado é construir os dois orçamentos (contábil e orçamento
406 programa) juntos. Qual preocupação do campo da responsabilidade que assumiram. Cita como
407 exemplo o dado sobre auxílio creche, que não condizem com os dados que retirou do Portal da
408 Transparência. Não se pode correr o risco de não ter verba para pagar o benefício em 2018. Por
409 isso, a área de pessoal civil o preocupou mais. Sua preocupação é com a responsabilidade do
410 plenário em fazer gestão do recurso e não de desqualificação da equipe técnica. 18) Evelyn
411 Sayeg questiona onde está a equipe técnica, que não está na Plenária. Relata ainda que a
412 preocupação é como irão fazer com os funcionários, como irão conduzir isso, com
413 responsabilidade. Questiona porque é tão complicado que possam questionar os números.
414 Queria ter explicações para poder executar o trabalho. Se não é isso, então talvez haja dados
415 que parte do plenário não está sabendo. 19) Bruna Lavinias Falleiros contrapõe a fala de Rodrigo
416 Presotto, que fez insinuação de que estariam desqualificando e desmerecendo a equipe técnica

417 do CRP. Comenta que o próprio gerente, Diógenes Pepe, em sua fala, reconhece que pode
418 haver erros. Assim, considerando essas falas e seu desconhecimento sobre os dados
419 apresentados, entende que deve haver esclarecimentos. Existe confiança no trabalho técnico,
420 mas também existe o diálogo, se esta gestão é do diálogo. Nunca desqualificou ninguém da
421 equipe técnica e parte desse orçamento reflete diretamente nesta equipe. 20) Vinicius Cesca
422 comenta que a divergência não pressupõe que o equívoco esteja nos dados da peça, pode ser
423 no Portal da Transparência, o que gera outro problema. Então, os dados precisam ser apurados.
424 Parece haver equívocos na medida em que os dados coletados utilizando a mesma metodologia
425 não batem. Não se sente esclarecido para votar. 21) Maria Rozineti destaca o Portal da
426 Transparência, que a Diretoria percebeu que não vinha sendo conduzido de forma tão precisa e
427 atualizada. Há prazo e compreenderam o que foi trazido. Não há intencionalidade de construção
428 de outra política. A respeito de fazer o PE em paralelo à peça orçamentária, informa que estão
429 justamente pensando para fazer os ajustes. A pretensão que têm é que ele finalize o mais
430 alinhado possível nesses aspectos. 22) Guilherme Raggi comenta que pedirá dilação de prazo
431 ao CFP. Informa que, considerando o Dia do Funcionário Público, pensaram em trabalhar com
432 uma equipe mínima e, por isso, não chamaram o supervisor da Contabilidade, Mario Correa.
433 Encaminhamento: Será solicitada dilação de prazo para envio do orçamento do CRP SP ao
434 Conselho Federal de Psicologia. O orçamento será pauta da próxima Plenária Ordinária, de
435 novembro, para apreciação do plenário. **7.3) Contratação de Consultoria para o PE 2018 –**
436 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que havia um valor diferente para as ações políticas
437 do que o que havia sido pensado inicialmente. Com isso, apresentam a proposta de contratar
438 consultoria para fechar o Plano de Ação de 2018. Há a questão do orçamento, que será
439 necessário acertar, e entendem que na última etapa não conseguiram avançar. Dessa forma,
440 indicam fazer a contratação de assessoria. Considerações do plenário: 1) Evelyn Sayeg registra
441 que na Plenária Ordinária realizada em 02 de setembro, foi apresentada pela Diretoria anterior a
442 proposta de contratação de assessoria para o Planejamento Estratégico, que foi negada pela
443 Diretoria atual, que, agora, apresenta essa proposta. Questiona se irão contratar um terceiro
444 para fazer avaliação da política que estamos pensando em executar ou se essa pessoa irá olhar
445 o que fizeram no final de semana dedicado ao Planejamento Estratégico e, a partir disso,
446 apresentar sugestões. 2) **Questão de ordem**, Monalisa Muniz do Nascimento solicita à Diretoria
447 que controle o tempo de fala e, sobre os questionamentos feitos, solicita à mesa que apresente
448 as respostas. 3) Guilherme Raggi comenta que não contratarão alguém para fazer o trabalho
449 que deve ser da gestão, mas uma pessoa que possa mediar e qualificar o que foi feito. Será
450 necessário fazer acertos orçamentários nessas ações, mas há uma série de questões deste ano
451 que levarão a ter superávit. Assim, a lógica será de fazer a qualificação do processo com a
452 contratação. Sobre a plenária de 02 de setembro, que teve a participação do Conselho Federal
453 de Psicologia, se recorda da proposta de composição de uma Comissão Organizadora. Indica
454 que não será uma proposta de decisão unilateral, mas sim de construção coletiva. 4) Luciana

455 Stoppa dos Santos complementa que a assessoria terá que se apropriar do material que já foi
456 construído. 5) Bruna Lavinias Jardim Falleiros diz não estar esclarecida sobre a proposta.
457 Questiona se há algo mais elaborado para apresentar, pois não consegue deliberar dessa forma.
458 Também pensa que está sendo recorrente a fala de que se tem superávit, pois não foram
459 executadas ações por conta das questões internas, o que pode também ser verdade, mas há
460 outras possibilidades, como de ter sido planejado muito além do que se daria conta, e que estão
461 para além dos problemas internos deste plenário, que envolvem disponibilidades. Também
462 tiveram êxitos, pelos quais são responsáveis. 6) Regiane Aparecida Piva concorda com a
463 contratação da assessoria e lamenta se isso foi tratado na plenária de 02 de setembro e não foi
464 considerado. Registra que é importante que se parta do trabalho que já foi iniciado e executado
465 considerando os coletivos e que se possa fazer encomendas a essa assessoria, o que é
466 importante, pois passaram um final de semana trabalhando exaustivamente e não deram conta
467 de passar do primeiro Eixo do PE. Precisam de ajuda e pensar em uma metodologia e em uma
468 proposta de assessoria que considere o trabalho feito e os coletivos envolvidos. Comenta que,
469 historicamente, planejam ações que não conseguem realizar devido às ações ordinárias. Assim,
470 acata a proposta, mas pede que sejam considerados esses critérios. 7) Vinicius Cesca de Lima
471 concorda com o cenário exposto por Regiane Piva. Comenta que fica explícita a incapacidade
472 instalada desse coletivo de gestão em planejar. Em uma confiança ingênua, acreditou que as
473 pessoas fossem fazer diferente neste ano, mas o que foi feito explicita essa dificuldade de
474 planejar. Defende que o melhor remédio não é depender de apoio externo. Diz ser preciso
475 melhorar a capacidade interna da gestão de planejar e que a própria instituição possa incorporar
476 maior capacidade de planejar e monitorar suas ações. A respeito da metodologia, entende que a
477 diretoria suspende o cronograma de forma unilateral. Questiona como a assessoria se insere no
478 processo de conclusão do PE, pois apresentar a essa assessoria o que foi feito, para que
479 verifique o que pode fazer soa como renúncia de atividade que é interna. Estruturalmente, não
480 parece ser uma boa solução. Assim, questiona quais seriam as atribuições, em que momento
481 entraria e quais seriam os próximos momentos. 8) Rodrigo Presotto diz ser favorável a
482 contratação da assessoria, que permite um olhar mais aprofundado das ações políticas que
483 estão planejando. 9) Guilherme Raggi diz que a Diretoria não trouxe algo pronto, mas algo para
484 ser discutido no plenário. É preciso pensar a longo prazo na profissionalização dessa atividade e,
485 justamente por isso, precisam dessa assessoria para o PE. Comenta que é possível, inclusive,
486 fazer a avaliação do processo, de toda a atividade, estender aos núcleos e comissões,
487 indicando-se o que pode melhorar a partir das dificuldades encontradas. Indica ainda que há
488 uma questão com o prazo para envio do produto já finalizado ao Conselho Federal de Psicologia.
489 A Diretoria entende que a estratégia não é de delegar a outro o trabalho, mas sim de qualificá-lo.
490 10) Luciana Stoppa relembra que a Diretoria recebeu a tarefa de executar o Plano de Ação 2018,
491 e que ainda não foi possível discutir um projeto de gestão, uma reflexão sobre o legado que esta
492 gestão pretende deixar para a categoria ao final do ano de 2019. Há as diretrizes do CNP e

493 COREP, mas é preciso elencar o que é estratégico e esta assessoria ajudaria o coletivo a olhar
494 o que há atualmente e, junto com os coletivos, construir esse norte, os caminhos estratégicos do
495 legado que querem deixar. 11) Mauricio Marinho Iwai diz que, pessoalmente, não considera
496 necessária a assessoria. Ainda, que o que estão vivendo é consequência dos últimos
497 acontecimentos. O Planejamento Estratégico foi ruim e, por não terem conseguido chegar a um
498 pacto na plenária de 02 de setembro, ocorreu da forma como ocorreu o PE: por força da maioria,
499 não se conseguiu fazer um bom trabalho no PE e não houve ajuda das/os conselheiras/os para
500 dialogar e discutir algumas ações que foram apresentadas. É necessário que a Diretoria se
501 aproprie dessas questões e a assessoria terá que ter um papel melhor delineado. 12) Maria
502 Rozineti Gonçalves comenta que pensaram na contratação de apoio externo para conduzir o
503 processo. É importante que o PE se torne exequível ao que desejam. O legado, conforme trazido
504 por Luciana Stoppa, é bastante importante e a consultoria poderá ajudar nisso, para que possam
505 finalizar de forma mais satisfatória para todas/os. 13) Beatriz Brambilla sugere que se pense no
506 PE como uma mediação, para além de ações. Há um número excessivo de ações, como foi
507 apontado. Luciana Stoppa trouxe em sua fala como dar uma cara de ação política e a assessoria
508 ajudará a traçar um plano conciso, mais integrado, pensando nas questões que querem
509 enfrentar e debater, também na conjuntura e nas questões éticas para a categoria. 14) Bruna
510 Lavinias Falleiros diz ser importante saber como lidar com essa assessoria. Entende que não
511 cabe mudar a estratégia neste momento, pois, para fazer todo o processo novamente seria
512 necessário ter mais tempo. Há questões importantes envolvidas, como número de ações,
513 orçamentos. Assim, questiona como se conseguirá dar conta disso, contemplando as ações e de
514 forma que o corte de verba fique equânime. 15) Luciana Stoppa dos Santos comenta que não
515 irão desconsiderar o que já foi feito do planejamento. Partirão de uma perspectiva de reduzir
516 danos, olharão para o processo pensando no que é possível realizar, cientes dos problemas
517 deste coletivo. Propõe que a contratação seja condicionada: que os núcleos encaminhem
518 sugestões à Diretoria, no prazo de uma semana – até 03 de novembro - para que se apresente a
519 assessoria a ser contratada. 16) Regiane Aparecida Piva indica que deve ser contratado quem
520 melhor responder ao que já está pronto. 17) Ed Otsuka questiona se haverá uma plenária
521 extraordinária com a empresa a ser contratada para discutir isso. 18) Guilherme Raggi comenta
522 que verão qual será a avaliação da empresa a partir do que fizeram, para qualificar, fazer o PE
523 qualificado que a categoria merece. 19) Maria Rozineti Gonçalves comenta que a Diretoria
524 comunicará a todos sobre o processo. 20) Vinicius Cesca informa que seu encaminhamento é
525 pela não contratação. Questiona como essa contratação se inseriria no processo de conclusão
526 deste trabalho, citando que havia deliberação sobre o cronograma e sobre a metodologia. Não
527 houve justificativa da Diretoria. As falas da Diretoria soam como se fazer planejamento público
528 não fosse uma competência de psicólogas/os. A Mostra da Psicologia, por processos de
529 trabalho, dizia que planejamento é atividade de psicóloga/o, inclusive os trabalhos que o CRP SP
530 publicou na ocasião. Assim, se essa é a intenção do que se propõe que esta assessoria faça,

531 não há indicativo do que se insere na metodologia de trabalho utilizada. Portanto, defende que
532 não haja esta contratação. 21) Ed Otsuka concorda com a proposta de Vinicius Cesca, indicando
533 que se não houver possibilidade de revisão da proposta, de fazer o que é função deste plenário,
534 que façam o debate e consulta pública com a categoria, para verificar como pensam esse
535 processo, se devem ou não assumir esse gasto, contrato uma empresa. 22) Luciana Stoppa dos
536 Santos indica que há então três propostas: a) contratação da assessoria; b) não contratação da
537 assessoria; e , c) debate e consulta pública sobre a forma de construção do PE. 23) Vinicius
538 Cesca diz que entende que a metodologia deve ser de diálogo e vê um modo autoritário de
539 encaminhamento, neste momento, por isso, solicitou elementos para entender qual a finalidade
540 do que está sendo proposto. Mas, abre mão de sua proposta, pela proposta apresentada por Ed
541 Otsuka. 24) Luciana Stoppa dos Santos comenta que, então, se trata de duas propostas que são
542 colocadas em votação: a) Contratação de assessoria para qualificar o Planejamento Estratégico;
543 e, b) Realizar debate e consulta pública sobre a forma de construir o Planejamento Estratégico.
544 Aberto à votação: 13 (treze) votos favoráveis à contratação de assessoria; 04 (quatro) votos
545 favoráveis à consulta pública sobre a forma de construir este Planejamento Estratégico; e, 03
546 (três) abstenções. **Encaminhamento:** O plenário, por votação, aprova a contratação de
547 assessoria para o Planejamento Estratégico. Neste momento, às 12 (doze) horas e 47 (quarenta
548 e sete) minutos, a presidência propõe parada de 1 (uma) hora para o almoço. Às 14 (quatorze)
549 horas e 10 (dez) minutos, a plenária é reiniciada. Evelyn Sayeg informa que o conselheiro
550 Aristeu Bertelli da Silva se retirou da plenária por motivo de luto. Mauricio Marinho Iwai informa
551 que terá que se retirar da plenária às 15 (quinze) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, por
552 motivo de trabalho. **VIII) PRIORIDADE DE PAUTAS** - A conselheira presidenta, Luciana Stoppa
553 dos Santos, informa que é preciso fazer a priorização da pauta da plenária e a apresenta como
554 sugestão que o plenário discuta os pontos “Encontro de Bauru em Comemoração aos 30 anos
555 da Luta Antimanicomial (08 a 10 de dezembro de 2017)”, “Ulapsi” e “Recomposição das
556 Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de
557 Controle Social”. Considerações do plenário: 1) Márcio Magalhães da Silva propõe acrescentar
558 aos pontos prioritários os demais assuntos da pauta financeira. 2) Vinicius Cesca de Lima solicita
559 que a Diretoria justifique a proposta de pautas prioritárias apresentada. 3) Luciana Stoppa dos
560 Santos responde que, sobre o Encontro da Carta de Bauru, é uma atividade que já está
561 agendada e próxima de ocorrer, e que há uma série de questões que precisam ser deliberadas,
562 com remanejamento de verbas, por exemplo. Sobre Ulapsi, indica que há um prazo para o CRP
563 SP apresentar suas propostas. Já sobre a priorização de recomposições, explica que o
564 entendimento é que precisam pensar neste espaço, estrategicamente; considerar as questões
565 que este plenário enfrenta; pensar se as coordenações estão respondendo ao que o plenário
566 delibera. 4) Vinicius Cesca de Lima solicita que se aprofunde a informação, da atividade da Carta
567 de Bauru, questiona se a única questão é a proposta de remanejamento, pois remanejamento de
568 recursos é um dos pontos da pauta financeira que não está sendo indicado como prioritário. 5)

569 Ed Otsuka questiona como foi pensada essa pauta, uma vez que no centro de custo do Núcleo
570 de Saúde há três ações referentes às atividades do Encontro da Carta de Bauru. Assim,
571 questiona também porque não foi discutida essa pauta com o Núcleo, ou seja, sem que tenha
572 sido feita consulta sobre o assunto, sendo que estão discutindo isso desde o Planejamento
573 Estratégico realizado no ano anterior. 6) Luciana Stoppa dos Santos indica que trouxeram o
574 tema para discutir no coletivo do plenário. 7) Ed Otsuka diz que o que ele está falando era,
575 exatamente, de se ter feito consulta ao Núcleo, uma vez que o Núcleo Saúde está discutindo o
576 assunto desde o PE. Assim, entende que se está agindo de forma bastante arbitrária. 8) Evelyn
577 Sayeg entende que a proposta tem relação com um ponto que já está pautado há bastante
578 tempo, “Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros”, assim, defende que essa pauta é
579 de extrema prioridade na atual conjuntura. Relata que a Diretoria atual não responde e-mails,
580 somente conversa com a assessora de comunicação, excluindo a Comissão de Comunicação.
581 Gostaria de aproveitar a presença do assessor jurídico, Paulo Hamilton Siqueira Jr., e do gerente
582 geral, Diógenes Pepe, para esclarecer a questão do jornal. 9) Ivani Francisco de Oliveira diz ser
583 importante que retomem que os núcleos são subordinados ao CRP SP e, assim, a plenária pode
584 sim pautar os temas, não entende que há obrigatoriedade de consulta aos núcleos. 10) Questão
585 **de ordem**, Bruna Lavinias Jardim Falleiros diz que o papel do núcleo é de assessorar o plenário.
586 Entende que a forma como estão agindo de forma antidemocrática. A Resolução CRP Nº 002/17
587 traz as atribuições dos Núcleos. 11) Rodrigo Presotto defende a manutenção da ordem de pauta.
588 O ponto indicado como prioridade por Evelyn Sayeg tem chamado atenção de prioridade a
589 algum tempo e lamenta que neste momento ainda não tenha sido discutido. Entende o que foi
590 apontado por Ed Otsuka e lamenta que a informação não tenha chegado anteriormente e tenha
591 sido pautada com essa urgência. 12) Márcio Magalhães comenta que precisam apresentar a
592 proposta completa, priorizando os 3 (três) pontos e, assim, questiona como seriam os demais.
593 “Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros” seria o primeiro ponto, dos
594 remanescentes. É preciso avaliar, também, se farão análise de conjuntura. Relata que, assim
595 como o Núcleo de Saúde diz ter sido excluído, a subsede Bauru também só entrou no processo
596 depois que as trabalhadoras da saúde na subsede solicitaram. 13) Ed Otsuka esclarece a Marcio
597 Magalhães que desde o ano de 2016 há diálogo do Núcleo com a subsede e com o
598 departamento de Eventos. Caroline Cusinato ficou responsável de fazer contatos com
599 Instituições de Ensino Superior da região. Portanto, entende que ele não está apropriado das
600 informações. Volta a questionar como foram definidas essas questões, excluindo o Núcleo de
601 Saúde, que já estava empenhado nessa atividade. Relata que não se trata de uma questão de
602 mérito, pois entende que o ponto deve sim ser discutido. Mas, se tivessem contatado o Núcleo
603 de Saúde saberiam da organização conjunta com a Subsede de Bauru. Outras questões também
604 estão sendo deliberadas de forma bastante autoritária. Assim, insiste que se esclareça como se
605 chegou a esse ponto de pauta, que é uma discussão que deve preceder a discussão do ponto de
606 pauta em si. 14) Questão de ordem, Rodrigo Presotto indica que devem ser feitas defesas de

607 propostas. 15) Vinicius Cesca comenta que o que está sendo indicado é que há o
608 descumprimento da Resolução CRP Nº 002/17. Portanto, a questão apresentada é de qual a
609 legitimidade de o ponto estar apresentado, se a instância com legitimidade no tema não foi
610 consultada. É uma questão que precisa ser sanada, de qual a legitimidade, quando a instância a
611 qual o tema foi atribuído não foi consultada. 15) Luciana Stoppa comenta que chega à Diretoria
612 uma série de demandas do coletivo que estão compondo e que o Núcleo de Saúde poderá se
613 manifestar no momento de discussão deste ponto. 16) Mauricio Marinho Iwai comenta que o
614 Encontro dos 30 anos da Carta de Bauru é um espaço aberto, no qual as pessoas participam.
615 Inicialmente, participou como representante do CRP SP na Frente da Luta Antimanicomial e deu
616 sequência pelo Núcleo de Saúde. Há 3 (três) meses, realizou reunião onde os representantes de
617 Bauru, incluindo Sandra Sposito, conselheira do CFP, e trabalhadoras da saúde de Bauru
618 estiveram presentes. Rodrigo Presotto pode ir por si, mas é importante discutir esta
619 representação pelo CRP. 17) Regiane Aparecida Piva relata que a Diretoria traz proposta para
620 que o plenário, que é soberano na decisão sobre elas. Assim, se não há outra proposta de
621 priorização da pauta, entende que deve ser encaminhado. Relata que já se sente esclarecida
622 para votar a prioridade de pauta. Os núcleos assessoram o plenário e é preciso demandar essa
623 assessoria, quando necessário. 18) Bruna Lavinias Falleiros relata que não é quando necessário,
624 a função do Núcleo é obrigatória. 19) Ed Otsuka diz ser muito fácil falar que se está esclarecido
625 para votar quando não se trata de um trabalho que a pessoa não é a responsável por fazer.
626 Sente-se desrespeitado como conselheiro. Diz que quando se passa por cima de alguém, dessa
627 forma, aqui dentro, é algo que reflete externamente. Também, sente-se desrespeitado enquanto
628 Núcleo de Saúde. Fica claro que a Resolução 02/2017 foi desrespeitada, embora, entenda,
629 claramente, que é importante que se discuta o ponto. Reforça que o questionamento não é sobre
630 o mérito do ponto, mas da forma como está se construindo isso. Se tivesse sido consultado
631 antes, também concordaria de que se colocasse o ponto como prioritário. Mas a questão é a
632 forma como está sendo conduzido pela diretoria e diz não ter sido esclarecido em relação à
633 forma como esta construção se deu. Indaga como foi construída a ideia de que esse ponto seria
634 colocado como prioritário, ou seja, como foi discutido, quem discutiu e como se chegou a essa
635 ideia de que esse ponto seria prioritário. 20) Luciana Stoppa dos Santos comenta que o papel
636 dos Núcleos é de assessorar o plenário. Entende que as questões da carta de Bauru já deveriam
637 ter sido pautadas para o plenário. Ressalta ainda que há outras pautas e que sempre há
638 discordância, pois a quebra de confiança já está posta. 21) Ed Otsuka registra que estão sendo
639 negadas as questões postas por ele, inclusive sobre o atravessamento da Resolução. 22)
640 Luciana Stoppa retoma que há 3 (três) pontos tirados como prioritários. 23) Evelyn Sayeg reforça
641 que deve ser dada prioridade máxima à discussão do ponto “Avaliação do Processo de Trabalho
642 dos Conselheiros”. Mas, ressalta que não há como encaminhar para votação sem que se
643 responda uma questão de ordem, que é algo que está ligado à regulamentação, indicando que a
644 assessoria jurídica poderia auxiliar nesse aspecto. 24) Ivana Souza pergunta qual a parte da

645 Resolução que não está sendo cumprida. 25) Regiane Aparecida Piva comenta que, na mesma
646 direção de Ivana, também gostaria de compreender, pois entende que qualquer conselheira/o
647 deste plenário pode pautar qualquer ponto. A mesa diretora já explicou que não se trata de
648 questão de assessoria e que chegaram demandas, e por isso foi pautado o ponto. 26) Bruna
649 Lavinias Falleiros diz que qualquer conselheira/o tem direito de pautar, mas imagina-se que
650 dentro de uma instância, pois entende que não darão conta de trazer todos os desejos de
651 discussão sem antes discutir com o coletivo que trata do assunto. 27) Evelyn Sayeg cita que na
652 Resolução 02/2017, que cria núcleos temáticos do CRP SP, o artigo 3º diz que “*Os núcleos*
653 *temáticos que compõem a Comissão de Políticas Públicas do CRP-06 são denominados*
654 *“núcleos setoriais” e são responsáveis por assessorar e executar as decisões desta comissão,*
655 *da diretoria e do plenário do CRP-06 em temas relacionados ao compromisso ético-político*
656 *psicologia com a ampliação e qualificação de sua inserção social nas políticas públicas sociais*
657 *contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, organizados*
658 *por área setorial.”*. 28) Luciana Stoppa diz que estão tendo leituras diferentes sobre o texto da
659 Resolução. 29) Ed Otsuka relata que quando pedem esclarecimento, Luciana Stoppa fala que as
660 relações estão quebradas e passa por cima do Núcleo de Saúde e da Resolução. 30) Questão
661 **de ordem**, Monalisa Muniz solicita que a mesa conduza o trabalho e encaminhe. 31) Questão
662 **de ordem**, Evelyn Sayeg denuncia que este plenário está censurando o conselheiro Ed Otsuka
663 em todas as suas falas. 32) Ed Otsuka diz que se afirmou, literalmente, que por conta da quebra
664 de confiança a presidenta afirmou que a consulta ao Núcleo de Saúde não foi feita. Além disso,
665 ainda se afirmou que o NS não trouxe a pauta do Encontro da Carta de Bauru para a plenária,
666 mas esclarece que o Núcleo está trabalhando de acordo com o Planejamento Estratégico,
667 COREP e CNP. Comenta ainda que Rodrigo Presotto, se estivesse mais assíduo nas
668 discussões, saberia. Com relação à priorização de pauta, comenta que não tem conhecimento
669 de que o assunto foi discutido até este momento e a priorização de pauta carece de subsídios
670 técnicos e éticos. Coloca que NS é responsável por isso e terá que ser respeitado nesta
671 discussão. 33) Questão de Ordem, Marcio Magalhães comenta que pediu inscrição anterior e
672 não foi ouvido. 34) Vinicius Cesca entende que não há impedimento para o debate. Há uma
673 instância formalmente instituída que deveria ter sido acionada e que, aparentemente, não foi. É
674 feita uma condução que atropela, que atrapalha o processo. A presidência tem uma forma de
675 condução de tratamento para uns em detrimento a outros. Sabem que em votação, tem a
676 maioria, mas é desrespeito à categoria não haver discussão. Se quiserem votar, explicitem isso
677 à categoria. Estão tentando entender como a pauta chegou sem consulta à instância
678 responsável, pois os motivos não devem ser silenciados, ocultos. Explicita, mais uma vez, o
679 modo centralizador, que atropela, que aparelha a gestão do CRP SP, impedindo minimamente o
680 debate democrático. 35) Maria Rozineti Gonçalves recorda que há duas propostas: **a)** De
681 priorizar os pontos “Encontro de Bauru em Comemoração aos 30 anos da Luta Antimanicomial
682 (08 a 10 de dezembro de 2017)”, “Ulapsi” e “Recomposição das Comissões Gestoras,

683 Permanentes, Núcleos Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de Controle Social”; e, b)
684 discutir prioritariamente o ponto “Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros”, antes da
685 discussão de qualquer outra pauta, discutindo os demais pontos conforme ordem da pauta.
686 Aberto à votação: 13 (treze) votos favoráveis à priorização de pauta proposta pela Diretoria
687 (“Encontro de Bauru em Comemoração aos 30 anos da Luta Antimanicomial (08 a 10 de
688 dezembro de 2017)”, “Ulapsi” e “Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos
689 Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de Controle Social”) contratação de assessoria;
690 04 (quatro) votos favoráveis à proposta de Evelyn Sayeg, de discutir prioritariamente o ponto
691 “Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros”, antes da discussão de qualquer outra
692 pauta. Há, ainda, 01 (uma) abstenção. **Encaminhamento:** O plenário, por votação, aprova a
693 proposta da Diretoria e, dessa forma, serão discutidos, com prioridade, os seguintes pontos
694 nesta plenária: “Encontro de Bauru em Comemoração aos 30 anos da Luta Antimanicomial (08 a
695 10 de dezembro de 2017)”, “Ulapsi” e “Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes,
696 Núcleos Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de Controle Social”. **IX) ENCONTRO DE
697 BAURU EM COMEMORAÇÃO AOS 30 ANOS DA LUTA ANTIMANICOMIAL (08 A 10 DE
698 DEZEMBRO DE 2017)** – Rodrigo Fernando Presotto comenta que na reunião realizada 30 de
699 setembro se discutia sobre a estrutura para realização do Encontro de Bauru e que havia alguns
700 desencontros do ponto de vista da necessidade, do planejamento do evento que havia sido
701 pensado para mais de 2000 (duas mil) pessoas. Então, pede às/aos conselheiras/os de Bauru
702 que apresentem esclarecimentos. A partir dessa reunião, começaram a atuar com cenário
703 pessimista, de não conseguirem fazer o evento com o número de pessoas inicialmente pensado
704 e também do prazo dessa organização. Inúmeras entidades começaram a se mobilizar para
705 participar. No dia 21 de outubro, houve uma reunião, onde as pessoas da organização fizeram
706 um pedido para que as entidades se reunissem durante o almoço para discutir a questão da
707 organização. Conforme foi sinalizado pelo conselheiro Ed Otsuka, no Planejamento Estratégico
708 foram estabelecidas 3 (três) ações para a atividade, para não tinham um estudo dos gastos. Não
709 concorda com Ed Otsuka, pois em vários momentos quis discutir a questão das Caravanas que
710 não entraram como pauta prioritária do Núcleo de Saúde. Comenta que a informação dessa
711 reunião do dia 21 de outubro se tornou um apelo, porque não tinha informação sobre o
712 orçamento, somente o CFP. O apelo, na ocasião, era que fizessem discussão em plenária, que
713 enquanto conselheiros, conseguiram referendar. Assim, agradece que tenha vindo como ponto
714 de pauta pelo prazo e para discutir o processo de participação. Luciana Stoppa informa que
715 abrirá para inscrições e propõe que as falas tenham até 2 (dois) minutos. Considerações do
716 plenário: 1) Ed Otsuka discorre sobre a Carta Bauru, que é algo que vem sendo discutido desde
717 o ano passado. Pensaram em uma outra estratégia, de uma exposição em Bauru, que ocorreria
718 nos dias 06 e 07 de dezembro. Relata que foi criada uma Comissão Organizadora que iniciou as
719 discussões em relação à organização da articulação nacional. A primeira reunião aconteceu em
720 13 de maio e, portanto, já estão trabalhando com essas questões há bastante tempo. Hoje, por

721 exemplo, Rodrigo Presotto levou a informação de que só havia um centro de custo, e que ele
722 corrigiu a informação, indicando que haviam outros dois, que eram o da “Caravana” e do “Prêmio
723 Arthur Bispo do Rosário”. Foram feitas 3 (três) reuniões via Skype, tendo participado de 2 (duas)
724 e Mauricio Iwai de uma delas. Estou tentando deixar o mais elucidado possível e estou tentando
725 esclarecer alguns equívocos para que a plenária tenha a coisa bem elucidada. Não sabe como
726 cada subsede tocou essa pauta, mas não cometeria a ingerência de questionar. Em relação ao
727 evento em Bauru, começaram a fazer discussões associando o Prêmio Arthur Bispo do Rosário,
728 a Caravana e os 30 Anos da Carta de Bauru. A representante da subsede, Caroline Cusinato,
729 sempre se colocou aberta às discussões com o Núcleo, fez algumas conversas, se dispôs a ir
730 atrás de espaço, o que auxiliou a articulação nacional e nas reuniões. Isso foi discutido em
731 diversos momentos, é possível recuperar facilmente nas atas das reuniões do Núcleo. Já com
732 relação à organização da articulação nacional, indica que a primeira reunião ocorreu no Rio de
733 Janeiro. É algo que vem sendo discutido há bastante tempo com representantes do Núcleo de
734 Saúde, deliberados em reunião. Algumas questões não envolveram o CRP, como o espaço
735 físico, que o Núcleo de Saúde estava subsidiando a articulação nacional. Sergio Valério,
736 supervisor do Departamento de Eventos, o tempo todo necessitava de informações sobre a
737 infraestrutura para ir até Bauru, o que dependia da organização nacional. Indica que Sérgio
738 Valério, supervisor do Departamento de Eventos, tem estima pelo Prêmio Arthur Bispo do
739 Rosário e também por este evento, assim, ele já estava aguardando essas informações. Ele
740 chegou a questionar sobre as questões relativas à exposição do Prêmio, mas na visão de
741 articular as Caravanas, os 30 Anos da Carta de Bauru e o Prêmio Arthur Bispo do Rosário.
742 Rodrigo Presotto também informou na reunião, equivocadamente, que o CFP deliberou um
743 investimento de 100 (cem) mil reais, mas, na verdade, deliberaram que entrariam com um dos
744 financiadores que, juntos, financiarão este valor. 2) Maria Rozineti Gonçalves solicita que as
745 falas sejam mais breves. 3) Ed Otsuka justifica que está tentando elucidar o máximo possível
746 essas questões, para que a plenária tenha conhecimento. Indica que o Núcleo de Saúde está
747 fazendo tudo de acordo com o Planejamento Estratégico e das deliberações do COREP e CNP.
748 4) Mauricio Marinho Iwai comenta que ficou incomodado ao perceber que durante a fala do
749 conselheiro Ed Otsuka, que foi longa, mas elucidativa, muitas/os conselheiras/os estavam ao
750 celular. Indica que a articulação nacional conta com muitas entidades e pessoas e que
751 demoraram em deliberar uma série de coisas. Questiona qual o sentido de dizer que o processo
752 desandou sendo que está sendo bem construído no âmbito do CRP. Indica que não se trata de
753 um papel do CRP SP entrar na disputa, o que deve priorizar são os retrocessos da luta
754 antimanicomial. Por essa razão, questiona qual o sentido de alguém fora da articulação pautar o
755 Evento dos 30 Anos da Carta de Bauru. Diz, ainda, que não faz sentido que o CFP dispenda 100
756 (cem) mil reais para essa atividade, sendo que há outras pautas. 5) Evelyn Sayeg diz que é
757 preciso ter responsabilidade com o que falam, pois estão como representantes públicos.
758 Questiona a quem serve informações desonestas. Acrescenta que poderiam ter verificado com

759 quem estava participando do processo, o que não ocorreu. Todas as reuniões do Encontro
760 Nacional ocorreram nos horários das plenárias do CRP, ou de Fóruns. A Comunicação do CRP
761 SP foi discutir a arte e, se tiverem dúvidas sobre como foi difícil este processo, basta verificar
762 que foi preciso refazer a arte 6 (seis) vezes. Acompanhou isso porque é militante da luta
763 antimanicomial e foram feitas diversas reuniões. Indica ainda que não é possível discutir algo
764 sem elementos. Estavam produzindo consensos dentro da articulação, entende que a forma
765 como as reuniões estavam sendo conduzidas estavam boas, mas houve uma reunião em que
766 vários professores de instituições de ensino superior, técnicos e representantes do CRP SP
767 sentados em mesa separada. Achou horrível essa reunião. Reforça que entende que discutem
768 uma série de processos de trabalho no meio de outras pautas, sem falarem desses processos de
769 trabalho de forma aprofundada e, assim, continuam tendo problema para encaminhar. Faz
770 solicitação à Diretoria para que possa compor esta representação do Encontro da Carta de
771 Bauru, se possível. **6) Questão de Ordem**, Ed Otsuka comenta que o pessoal de Bauru tinha
772 que apresentar e também que suas questões fossem respondidas. **7) Márcio Magalhães**, sobre
773 como a subsede de Bauru entrou na discussão, indica que Moacyr Miniussi o procurou durante o
774 Planejamento Estratégico, dizendo que precisaria de apoio da Subsede para realizar o evento,
775 que era nacional. Em fevereiro de 2017, Evelyn Sayeg o contatou porque no dia 13 de fevereiro
776 seria realizado o Planejamento Estratégico do CFP e a ação não estava prevista no
777 Planejamento Estratégico do CRP SP e, assim, estavam com pouco recurso. Assim, queria que
778 ele entrasse em contato com Sandra Sposito, para que isso fosse garantido no Planejamento do
779 CFP. A Carolina Cusinato, representante no Núcleo de Saúde, acompanhou a discussão pelo
780 NS e é da comissão gestora da subsede. O que ela traz é que o evento estava sendo
781 constantemente pautado no Núcleo e a discussão acabava não sendo feita por falta de tempo ou
782 por outros motivos. Havia a preocupação com este evento por conta da experiência do evento
783 anterior. A subsede começou a ser demanda, mas não havia como responder a essas demandas
784 em relação a como o evento estava sendo pensado. Varias pessoas do movimento
785 questionavam sobre como seria feito o custeio. Considera importante que as atas do Núcleo de
786 Saúde sejam disponibilizadas para que não fiquem nessa disputa de versões. **8) Regiane Piva**
787 diz que houve sim um entrave político na região. A Carolina Cusinato, no início das discussões,
788 começou a participar pelo Fórum dos Conselhos na região e não demandada pelo Núcleo de
789 Saúde. Os parceiros na região queriam entender onde estava a subsede, porque não estavam
790 como protagonistas da luta em Bauru. Com relação a este almoço em que usuários sentaram
791 separados, explica que em determinado momento, a organização do evento falava de
792 cancelamento e assim, que seria importante não causar ansiedade nas pessoas. Comenta que
793 faz essas elucidicações e propõe alguns encaminhamentos com relação a isso. Estão no local
794 que, geograficamente sediarão o encontro, assim, precisam saber como será a inserção do
795 CRP. Reunirão militantes e talvez seja um momento importante para se reunirem e verificarem o
796 que tem em comum com essas pessoas, com os parceiros e movimentos. É isso que os une

797 enquanto plenário, a defesa de que essas pessoas tenham um tratamento digno. 9) Guilherme
798 Raggi informa que farão bloco de mais 5 (cinco) inscrições, além da sugestão de
799 encaminhamento de Evelyn Sayeg. 10) Vinicius Cesca de Lima diz que está frustrado com o que
800 ouviu sobre o assunto. Pensou que teriam um cenário catastrófico e ficou com a impressão de
801 que isso, de fato, poderia ter sido encaminhado tranquilamente e de outra forma, com a
802 reformulação do orçamento programa, como já foi feito com a Comissão de Comunicação, com o
803 GT História e Memória e com a subsede de Campinas, por exemplo. Nenhum membro do
804 plenário ignora que o grupo “Cuidar” fez a avaliação que deveria disputar o campo da luta
805 antimanicomial com o “Integra”, mas é algo que lhe parece desnecessário, pois o ponto é
806 simples e ficou com a expectativa de que teria uma discussão política. Assim, ficou sem
807 entender qual era a expectativa de trazer isso nesses termos. Podem encaminhar tranquilamente
808 questões, fazendo o evento com a participação do CRP SP, como tem sido até agora. 11)
809 Rodrigo Presotto discorda da avaliação de Vinicius Cesca, entendendo a importância do ponto.
810 Manifesta seu desejo em participar das reuniões. Do ponto de vista dos encaminhamentos, pede
811 desculpas com relação a rubrica do CFP. Comenta que entende ser importante falar das rubricas
812 e dos processos de trabalho. É fundamental que tenham levantamento do recurso que têm
813 disponível para este evento. 12) Vinicius Cesca diz que a natureza da demanda trazida poderia
814 ter sido encaminhada diretamente pelo Diretoria junto com o Núcleo de Saúde, dada a urgência
815 da questão. 13) Ed Otsuka comenta que isso mostra a forma leviana como são ditas as coisas,
816 pois Carolina Cusinato participou, desde o início das reuniões. Era representante do Núcleo de
817 Saúde e a interlocutora, tendo sempre sido envolvida e tido um papel central nessa articulação.
818 Então, a conselheira Regiane Piva disse uma inverdade, o que é desonesto. Em algum
819 momento, Carolina deixou de participar, mas não sabe a razão. Ele chegou a solicitar a Sergio
820 Valério que a consultasse, pois ela muitas vezes teve um papel mais central que a coordenação
821 do Núcleo. Questiona-se porque não houve iniciativa da Subsede também, somente se fala
822 sobre o Núcleo de Saúde. Solicita que seja reestabelecida a ordem dos trabalhos, pois acha que
823 conseguiu explicar as questões. É uma pauta muito cara pro Núcleo de Saúde e tem sido pauta
824 de suas reuniões. Entende que o Núcleo de Saúde deve continuar tocando os trabalhos, que
825 foram iniciados em 2016. Pede que haja discricionariedade de indicar as representações tanto
826 para as reuniões, quanto para as próprias atividades, que se estabeleça a autonomia do Núcleo
827 de Saúde nos temas referentes a ele, especificando as representações e articulações. 14)
828 Regiane Aparecida Piva propõe como encaminhamento que não levem duas horas para discutir
829 o mérito e pouco tempo para se fazer o arranjo para fazer essa ação. 15) Luciana Stoppa
830 questiona se o Sérgio Valério estava como referência para organização logística, porque ele não
831 estava indicado para estar lá anteriormente, se ele mesmo estava aguardando. Quando
832 chegaram as preocupações todas relatadas por Rodrigo Presotto, a Diretoria entendeu a
833 necessidade de Sérgio ir à Bauru. Quando olham para o Centro de Custo, não conseguem
834 entender: há rubricas diferente para a Caravana, para o Prêmio Arthur Bispo do Rosário e para a

835 comemoração dos 30 anos da Carta de Bauru. 16) Evelyn Sayeg comenta que irá apresentar
836 dois encaminhamentos, mas antes gostaria de dialogar com a questão dos usuários, pois
837 entende que a situação foi muito chata e não justifica dizer que era para que eles não ficassem
838 ansiosos. Entende que não cabe a ninguém tutelar usuários e o CRP achar que o usuário ficaria
839 ansioso e não poderia saber o que estava acontecendo. Devem respeitar o que o movimento
840 prega e não ficar achando que o CRP tem que tomar o lugar dos usuários. Tem compromisso
841 com os votos que recebeu e que a colocaram nesse lugar e tem certeza que foi a luta
842 antimanicomial que elegeu este plenário. A Carta de Bauru é uma das ações da luta
843 antimanicomial. Houve um apoio de passagem aérea que não foi dado porque foi feito por
844 determinado grupo, entende que isso não pode se repetir e gostaria de garantir o apoio deste
845 plenário de deliberar os apoios de forma igualitária. Acha que isso é justo. Também questiona à
846 Comissão de Políticas Públicas, que não fez muitas das ações que foram planejadas, se
847 poderiam realocar de 30% a 40% do valor para essas ações. 17) Às 16 horas e 35 minutos,
848 Luciana Stoppa informa que o teto de fim da plenária será alterado para às 17 horas e 30
849 minutos, momento em que a plenária deverá, novamente, estipular o fim ou novo teto para o fim
850 da plenária. 18) Guilherme Raggi diz que o CFP ofereceu, oficialmente, R\$100.000 (cem mil
851 reais), já tendo disponibilizado R\$60.000 (sessenta mil reais) e garantindo até o teto de R\$
852 100.000 (cem mil reais). Fizeram o levantamento para não impactar no Núcleo de Saúde, então,
853 consideraram algum centro de custo sob gerência da Diretoria, pensando na questão de como
854 realocar até R\$ 100.000 (cem mil reais) e assim, a ideia é de utilizar o centro de custo da
855 Diretoria, orçado em R\$ 90.000 (noventa mil reais). 19) Ed Otsuka não vê necessidade de
856 realocar custo que já estava alocado para esta ação. Entende que não há necessidade de tanto
857 dinheiro assim. Houve uma diminuição grande, de 4.000 (quatro mil), serão 780 (setecentas e
858 oitenta) pessoas no evento. O que foi pensado pelo Núcleo de Saúde é que o CRP SP
859 subsidiará os usuários para estarem na atividade. Os gastos serão, em especial, como com
860 transporte, alimentação e hospedagem. Como já está orçado, o que podem fazer é custear as
861 hospedagens e para alguns, como o Fórum do ABCDMR, que solicitará o custeio de 2 (dois)
862 ônibus para o CRP, dar celeridade para isso. Pegarão um desses custos, que já estão cotados.
863 Fazendo direito, o custo será menor, pois o evento será mais enxuto. 20) Bruna Lavinias Falleiros
864 comenta que da última vez que olhou, esta semana, o centro de custo havia sido atualizado pela
865 última vez em 22 de setembro. Assim, como as informações estão desatualizadas, tem
866 dificuldade em pensar. 21) Guilherme Raggi diz que havia um valor grande represado de ajudas
867 de custo do CRP e que Vinicius Cesca, recentemente disponibilizou o acesso a ferramenta onde
868 eram lançados os relatórios de atividade. 22) Bruna Lavinias Falleiros diz que não se refere
869 somente a esses itens, mas a todas as rubricas, que é importante que saiam visualmente para o
870 plenário. 23) Vinicius Cesca complementa que as ferramentas do centro de custo costumavam
871 ser atualizada, mas não foi. 24) Rodrigo Presotto disse ser interessante pensar no valor que
872 conseguiriam chegar, assim como foi feito pelo CFP. 25) Regiane Aparecida Piva diz que devem

873 definir as questões de encaminhamento. Há um grupo grande que estará na atividade pelo CRP
874 e por outras entidades. Tem um grupo grande que está pelo CRP e por outras entidades. Faz a
875 defesa para que Rodrigo Presotto continue na representação e faz defesa que seja realocado o
876 centro de custo. Tem certeza que o evento não será como foi o dos 20 anos, mas terá uma
877 demanda grande. Conseguiram estrutura para esses 700 (setecentos) usuários. Diz que não
878 adianta custear ônibus de todas as subsedes e movimentos sociais, pois somente haverá
879 alojamento e refeições para esse número. Faz defesa que o plenário delibere as representações,
880 a realocação do centro de custo e as manifestações de desejo de participação. 26) Beatriz
881 Brambilla diz que fez levantamento de como estavam os recursos disponíveis para a Comissão
882 de Políticas Públicas e é possível remanejar 30 (trinta) mil reais. 27) Luciana Stoppa comenta
883 que podem colocar como diretriz o que foi apresentado por Evelyn Sayeg, de que o CRP SP
884 consiga olhar a todos os movimentos sociais igualmente. Comenta, ainda, que o orçamento
885 total do evento não estava fechado. E questiona se o gerente geral, Diógenes Pepe, pode
886 colaborar para fechamento deste orçamento. Outra questão é a forma como o CRP participará.
887 Entende importante que se insira nas diferentes comissões do evento. E questiona quais serão
888 as discussões políticas que irão propor. Questiona Ed Otsuka se ele se inseriu nessas
889 comissões e o que estão pensando nesses espaços. Estende o questionamento também para
890 Rodrigo Presotto, Ed Otsuka, Evelyn Sayeg e Reginaldo Branco da Silva, indicando que
891 precisarão de várias pessoas para dar conta. 28) Ed Otsuka responde que estão em todos os
892 espaços políticas e também na Comissão de Financiamento. Relata que os orçamentos de cada
893 um dos custos foram fechados nesta data. Também, que a comissão organizadora pede apoio
894 também de Marcos Toledo, do CEDOC. 29) Evelyn Sayeg sugere que seja feita uma linha do
895 tempo digital sobre os 30 anos da Carta de Bauru e se coloca à disposição para participar da
896 atividade e ficar na comissão de articulação. A proposta é que se utilize os R\$ 40.000 (quarenta
897 mil reais) da CPP, o que já aumentaria o valor para R\$ 70.000 (setenta mil reais) e o CRP
898 poderia ajudar com as hospedagens/alojamentos e transporte. Não haverá a participação de
899 muitas pessoas devido a conjuntura nacional, pois é difícil as pessoas terem dispensa de seus
900 trabalhos. 30) Rodrigo Presotto sugere que com o remanejamento, o centro de custo passe à
901 gerência da Diretoria. 31) Ed Otsuka comenta que o centro de custo do Bispo contempla 30
902 (trinta) Rodas de Conversa que serão realizadas e que compartilharão os temas, mas haverá
903 apresentações culturais, ato público, entre outras atividades. Questiona como se posicionarão
904 diante do grupo, ou seja, o que deliberarão, se irão pagar hospedagens. Questiona também o
905 que responderão aos movimentos que solicitarem deslocamento. 32) Regiane Aparecida Piva diz
906 que, da forma como Ed Otsuka colocou, contempla parte da sua proposta. Os demais pedidos
907 de apoio devem seguir critérios de não discriminação em relação aos movimentos de saúde
908 mental, devem se dados a todos. 33) Luciana Stoppa questiona como construirão esses critérios.
909 34) Guilherme Raggi diz que o centro de custo deve ser da Diretoria. Assim, o orçamento total
910 para isso deve ser de R\$ 70.000 (setenta mil reais) e pagarão algumas despesas grandes do

911 evento e demais despesas com outras organizações. 34) Luciana Stoppa sugere que se reunião
912 com a Comissão de Financiamento para entender com eles quais as maiores despesas,
913 indicando que o teto do CRP SP é de R\$ 70.000 (setenta mil reais). 35) Ed Otsuka informa que
914 seu entendimento é que R\$ 40.000 (quarenta mil reais) sejam suficientes. 36) Regiane
915 Aparecida Piva diz que a demanda chegou à Diretoria e a organização aguarda devolutiva.
916 Assim, que o plenário pode encaminhar como teto R\$ 70.000 (setenta mil reais) e o diálogo com
917 a Comissão de Financiamento para tratar de outras questões. 37) Luciana Stoppa entendem que
918 podem encaminhar também o apoio financeiro e funcional, da estrutura do CRP SP, para este
919 evento. 38) Ed Otsuka comenta que já anunciaram que estão como organizadores e
920 financiadores e que podem fazer proposta para a organização. Deixar separado R\$ 30.000 (trinta
921 mil reais) para entidades e movimentos. Deixando claro que apoiarão financeiramente à
922 atividade e reservar para infraestrutura R\$ 40.000 (quarenta mil reais). 39) Rodrigo Presotto diz
923 que fecharia com um teto maior e, dentro desse recurso, teriam condições de subsidiar
924 hospedagem, deslocamento. 40) Luciana Stoppa comenta que deliberar o teto de R\$ 70.000
925 (setenta mil reais) não significa que irão utilizar todo esse valor. Indica que destinem outro
926 remanejamento para que possam dar os apoios, desde que solicitados e justificados. 41) Ed
927 Otsuka diz que o evento será em Bauru, entre os dias 07 e 10 de dezembro e que as pessoas
928 que fizerem solicitação de apoio devem ter respostas rápidas. 42) Guilherme Rodrigues Raggi
929 diz que Beatriz Brambilla disponibilizou R\$ 30.000 (trinta mil reais) do centro de custo da
930 Comissão de Políticas Públicas, ficando assim o total de R\$ 70.000 (setenta mil reais) para a
931 organização do evento, com R\$ 40.000 (quarenta mil do centro de custo da Diretoria). 43)
932 Regiane Aparecida Piva explica que o que foi deliberado é que muitos ônibus chegariam dia 07
933 de dezembro à noite e, por isso, a estrutura. 43) Vinicius Cesca de Lima diz que queria discutir o
934 mérito da proposta mais recente encaminhada, que é de alocação de recursos em dois centros
935 de custo distintos. Pede que não ocorra dessa forma em nome da transparência pública e do
936 acompanhamento disso. Entende que para que vê de fora, é difícil acompanhar. Pede que,
937 qualquer que seja o arranjo, defende que não seja fragmentado para não incorrer em leituras
938 equivocadas e pouco transparentes da despesa. Em outras ocasiões, ao longo deste ano,
939 quando tinham situações semelhantes, os arranjos, como por exemplo a Campanha do Eca e da
940 Luta Antimanicomial, as agendas chegam como apoio e parceria, mas o registro das despesas é
941 feito nas ações. O trâmite da análise segue o fluxo de apoio e parceria, mas a despesa fica toda
942 na rubrica do Evento dos 30 anos da Carta de Bauru. 44) Luciana Stoppa concorda com o
943 exposto por Vinicius Cesca e, assim, retira sua proposta. Mantém os valores de R\$ 70.000
944 (setenta mil reais) e de R\$ 30.000 (trinta mil reais), mas aloca em um único Centro de Custo. 45)
945 Vinicius Cesca sugere como encaminhamento que se tire R\$ 40.000 (quarenta mil reais) do
946 centro de custo do Projeto de Gestão. Dos R\$ 30.000 (trinta mil reais) disponibilizados pela CPP,
947 pede que se apresente de forma mais precisa quais seriam as ações das quais se retiraria esse
948 valor. 46) Guilherme Rodrigues Raggi indica que a CPP propõe retirar R\$ 10.000 (dez mil reais)

949 da ação “Criar, manter, aprimorar e colaborar com observatórios de Políticas Públicas” e R\$
950 20.000 (vinte mil reais) da ação “Elaborar e disseminar materiais de referências técnicas e éticas
951 para o exercício profissional”, que serão realocadas na ação “Dar visibilidade à diversidade das
952 práticas psi compromissadas com a transformação da realidade”, sob gestão da Diretoria, que
953 passaria a ter, no total, um valor de R\$ 120.000 (cento e vinte mil reais), que não seriam
954 oferecidos integralmente. Seriam 70.000 (setenta mil reais) destinados à infraestrutura do evento
955 e R\$ 30.000 (trinta mil reais) a apoios e parcerias, especificamente, para o evento. 47) Vinicius
956 Cesca de Lima entende que os valores devem ser realocados dentro do Centro de Custo
957 específico dos 30 anos da Carta de Bauru, entendendo que não deve ser incluído na ação
958 indicada por Guilherme Raggi, que tem outra finalidade. 48) Marcio Magalhães concorda com a
959 proposta apresentada por Vinicius Cesca, mas entende que o centro de custo dos 30 Anos da
960 Carta de Bauru deve mudar de unidade gestora, passando à Diretoria e não mais ficando sob
961 responsabilidade do Núcleo de Saúde. 49) Monalisa Muniz do Nascimento sugere que aprovelem
962 o teto como discutido e que a Diretoria faz o remanejamento com o Núcleo de Saúde e
963 Comissão de Políticas Públicas, passando para aprovação na plenária de 11 de novembro. 50)
964 Ed Otsuka pensa na questão conceitual de que se reestabeleça o respeito e o mérito do Núcleo
965 de Saúde. Entende que o Núcleo é quem deve avaliar os pedidos de apoio, pois conta com o
966 acúmulo das pessoas e dos movimentos/entidades que farão esses pedidos. 51) Regiane
967 Aparecida Piva recupera sua proposta para ser encaminhada para votação. Lembra que além
968 de Ed Otsuka, Rodrigo Presotto e Reginaldo Branco também têm participado dessas reuniões.
969 Propõe que seja feita reunião com a Diretoria e que o centro de custo fique sob responsabilidade
970 da Diretoria, para avaliar com a Comissão Organizadora do evento, incluindo as representações
971 que compõem o plenário. Não tem objeção de deixar tudo em um único centro de custo. 52)
972 Evelyn Sayeg diz que há problema de processos de trabalho, não somente referente aos
973 processos de trabalho, não somente com o Encontro da Carta de Bauru, mas também com a
974 Comunicação e demandas da imprensa. É uma forma de condução que vai anulando o lugar de
975 fala das/os conselheiras/os, a legitimidade do grupo que tocou os trabalhos por um ano. 53)
976 Marcio Magalhães faz defesa de que o centro de custo passe à gestão da Diretoria. Vinicius
977 Cesca classifica o Núcleo de Saúde como setorial, vinculado à Comissão de Políticas Públicas.
978 Entendendo que tudo que extrapole o âmbito da saúde deveria ser tratado com a CPP,
979 transversalizando com a CDH. E, podem-se ter demandas de apoios e parcerias que extrapolem
980 essas instâncias. 54) Ed Otsuka relata que já está tarde e que é cansativo esse tipo de
981 discussão. Complicado porque, novamente, falam sobre os temas e, é claro, que abrangem todo
982 o CRP. Questiona porque as pessoas não se envolveram antes. É fácil falar que a ação
983 transcende o Núcleo de Saúde, porque há várias ações que transcendem. Pede respeito ao
984 espaço o núcleo construído pelo Núcleo, ressaltando que não está falando da questão do custo,
985 mas sim da discricionariedade em relação ao NS. 55) **Questão de ordem**, Regiane Piva indica
986 que estão no momento de defesa de propostas. 56) **Questão de ordem**, Regiane Piva pediu

987 uma questão de ordem que não era adequada e a mesa não apontou. Indica que o plenário não
988 é soberano ao Regimento Interno, que não estabelece tempo de fala. Defende que o
989 conselheiro Ed Otsuka tenha o tempo necessário para terminar sua fala. 57) Guilherme Raggi
990 pede que Vinicius Cesca aponte a parte do Regimento que está citando. 58) Vinicius Cesca
991 informa que se refere aos artigos 55 (“Art. 55º - Na discussão dos assuntos em pauta, o
992 Presidente inscreverá, por ordem de solicitação, os Conselheiros que desejarem fazer uso da
993 palavra, que, nessa ordem, lhes será concedida. Parágrafo único - Os apartes serão concedidos
994 pelo Conselheiro que estiver no uso da palavra, quando assim julgar conveniente.” e 56 (“Art. 56º
995 - Após o pronunciamento dos Conselheiros inscritos, o Presidente usará da palavra, se lhe
996 aprovar, e, em seguida, anunciará o encerramento da discussão, propondo a matéria para
997 votação.”). 59) Guilherme Raggi cita, então, o artigo 64 (“Art. 64º - Os casos omissos, não
998 previstos neste regimento, serão resolvidos pelo plenário do Conselho Regional de Psicologia de
999 SP - 6ª Região, no que lhe couber, aplicando-se subsidiariamente as demais normas da entidade
1000 e orientações do CFP.”). 60) Ed Otsuka diz que está havendo obstrução. Retoma sua proposta
1001 de encaminhamento, de que se dê autonomia ao Núcleo de Saúde para fazer a representação.
1002 Relata que o Núcleo tem muitas demandas de representação e que pode indicar outras
1003 qualificadas. Estão falando como se o Núcleo de Saúde quisesse para si o Centro de Custo, mas
1004 isso é algo que já estava definido. Foi deliberado que o Núcleo de Saúde iria tratar de questões
1005 da saúde, da saúde mental e de álcool e outras drogas e que teria subsídio para decidir. 61)
1006 Luciana Stoppa pede que se registre que há obstrução dos trabalhos. 62) Ed Otsuka diz que não
1007 concorda com o que foi trazido por Luciana Stoppa e por Márcio Magalhães. A questão do
1008 centro de custo é geral. Havia trazido antes como encaminhamento a autonomia do Núcleo de
1009 Saúde de indicar suas representações. 63) Maria Rozineti Gonçalves comenta que irão votar as
1010 propostas. 64) Vinicius Cesca sugere que desmembre em duas votações: a) Se farão
1011 transferência dos recursos para esta atividade; e, b) Se colocarão os valores em um centro de
1012 custo único. E, depois, decidir o gestor. 65) Luciana Stoppa informa que votação sobre o
1013 remanejamento de R\$ 70.000 (setenta mil reais) à atividade do Encontro dos 30 anos da Carta
1014 de Bauru. Aberto à votação: Remanejamento de verbas: 13 (treze) votos favoráveis ao
1015 remanejamento; 0 voto contrário ao remanejamento; e, 02 (duas) abstenções – de Vinicius
1016 Cesca, que declara que, apesar de concordar com o mérito de aporte maior de recurso para esta
1017 atividade, gostaria de ter qualificado melhor como chegam ao valor, como entendem a relação
1018 do CRP com as demais entidades e com os movimentos sociais; e de Luciana Stoppa dos
1019 Santos. Abre-se, então, para decisão sobre qual será o Centro de Custo que deverá ser alocado
1020 os valores desta ação: o plenário entra em consenso que deverá ser alocado na ação relativa ao
1021 Encontro dos 30 Anos da Carta de Bauru. Por fim, abre-se votação para definir qual será a
1022 unidade gestora do centro de custo dessa ação: 03 (três) votos pela manutenção do Núcleo
1023 de Saúde – Vinicius Cesca justifica seu voto pela lógica de organização interna da gestão.
1024 Comenta que iniciaram o debate no ano anterior, quando foi feita a leitura de produção de

1025 núcleos temáticos para chegar nessa lógica e que a discussão deste momento destrói. Houve
1026 um processo de auto representação de certas pessoas para ocupar este espaço, entende que o
1027 argumento de que envolve outras instâncias é óbvio e não justifica colocar a ação sob gestão
1028 direta da Diretoria. Diz ser curioso que as mesmas pessoas que apontavam que isso era
1029 centralizador e autoritário, agora fazem isso. Espanta-se e lamenta, pois entende que a
1030 presidência já faz gestão final disso, ou seja, de qualquer forma, o Núcleo de Saúde não faria o
1031 que quisesse. Pede que sejam explícitos com o que desejam, não precisam ficar nesse
1032 movimento velado, tentando justificar. Infelizmente, essa é a política do movimento que
1033 representam, o “Cuidar”. Ed Otsuka justiça seu voto informando que dá para entender o que
1034 ocorreu, e que é um equívoco. Por interesses bastantes claros, infelizmente, as coisas perdem
1035 sentido. Desqualificam a discussão, quando tiram de uma instância que discute saúde mental e
1036 luta antimanicomial. Vão ficando cada vez mais distantes, as pessoas vão cada vez mais se
1037 distanciando de suas bases e de seus discursos. E têm coragem de fazer isso em nome de um
1038 jogo de espaço de poder, de relações violentas. Entende que as coisas poderiam ser mais claras
1039 e acha que podem colaborar com esta ação importante dos 30 anos da Carta de Bauru. Não se
1040 oporá a colaborar com algo que acredita, assim como fez nesta ocasião, quando falavam sobre o
1041 mérito de qualificar as atividades em prol da Luta Antimanicomial. Entende que, novamente,
1042 perderam a oportunidade de qualificar as discussões. Entende que se trata de uma violência à
1043 instituição pública e à categoria. Diz que apesar de talvez não o escutarem, não perderão a voz.
1044 Sua luta sempre estará em primeiro lugar. Evelyn Sayeg justifica fazendo leitura da Carta de
1045 Bauru: *“Manifesto de Bauru - Um desafio radicalmente novo se coloca agora para o Movimento
1046 dos Trabalhadores em Saúde Mental. Ao ocuparmos as ruas de Bauru, na primeira manifestação
1047 pública organizada no Brasil pela extinção dos manicômios, os 350 trabalhadores de saúde
1048 mental presentes ao II Congresso Nacional dão um passo adiante na história do Movimento,
1049 marcando um novo momento na luta contra a exclusão e a discriminação. Nossa atitude marca
1050 uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas,
1051 que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso.
1052 Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. O
1053 Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de
1054 exploração e de produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela
1055 luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora
1056 organizada. O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de
1057 opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes,
1058 nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos
1059 direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os
1060 trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.
1061 Organizado em vários estados, o Movimento caminha agora para uma articulação nacional. Tal
1062 articulação buscará dar conta da Organização dos Trabalhadores em Saúde Mental, aliados*

1063 *efetiva e sistematicamente ao movimento popular e sindical. Contra a mercantilização da*
1064 *doença! Contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e*
1065 *autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela*
1066 *organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços*
1067 *públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988! Por uma sociedade sem*
1068 *manicômios! Bauru, dezembro de 1987 - II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde*
1069 *Mental.”. 11 (onze) votos para que a Diretoria seja a unidade gestora - Regiane Aparecida*
1070 *Piva justifica seu voto para que a Diretoria faça gerencia desses recursos no sentido de avaliar*
1071 *junto à comissão organizadora as demandas que chegam. Gostou do debate realizado, porque,*
1072 *minimamente, concordaram que não deveria ter diferenciação entre os movimentos sociais.*
1073 *Primeira vez que houve uma pauta política, em que todos puderam se expressar. Suas falas não*
1074 *excluem o Núcleo de Saúde, apenas incluem também a Comissão de Direitos Humanos. 02*
1075 **(duas) abstenções.** Vinicius Cesca de Lima solicita que sejam declarados os votos. Assim,
1076 registra-se que votaram favoráveis a manutenção do Núcleo de Saúde como gestor do centro de
1077 custo do Encontro de 30 Anos da Carta de Bauru, Vinicius Cesca de Lima, Evelyn Sayeg e Ed
1078 Otsuka; votaram para que a Diretoria passe a ser a unidade gestora do centro de custo, Maria
1079 Rozineti Gonçalves, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Márcio Magalhães, Rodrigo Fernando
1080 Presotto, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Larissa Gomes Ornelas Pedott,
1081 Reginaldo Branco da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarneri e Luciana
1082 Stoppa dos Santos se abstiveram. **Encaminhamento:** O plenário define que deverão ser
1083 remanejados para o centro de custo da ação do Encontro dos 30 Anos da Carta de Bauru o valor
1084 de R\$70.000 (setenta mil reais) e que este centro de custo passa a ter a Diretoria como unidade
1085 gestora. **REACTUAÇÃO DO TETO DA PLENÁRIA** - Às 18h30, Luciana Stoppa informa que o
1086 plenário precisa repactuar o horário de teto da plenária. Considerações do plenário: 1) Edgar
1087 Rodrigues da Silva sugere que seja repactuado até às 19h30, com nova repactuação às 19h. 2)
1088 Evelyn Sayeg indica que a plenária deve ser encerrada neste momento, às 18h30. 3) Vinicius
1089 Cesca de Lima propõe que discutam o ponto da Ulapsi e encerrem a plenária ao findá-lo. 4)
1090 Maria Mercedes Guarneri diz que vê violência também por parte do outro grupo, denominado
1091 Integra, exemplificando que foi violência dizer que parte da plenária é vendida. Aberto à votação:
1092 02 (dois votos) votos pela proposta da conselheira Evelyn Sayeg – Evelyn Sayeg; (08) votos pela
1093 proposta do conselheiro Edgar Rodrigues; 01 (um) voto pela proposta do conselheiro Vinicius
1094 Cesca; e, 04 (quatro) abstenções – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Maria Mercedes
1095 Guarneri, Rodrigo Presotto e Luciana Stoppa dos Santos. Assim, o teto da plenária fica alterado
1096 para até às 19h30, com nova repactuação às 19h. Vinicius Cesca de Lima, neste momento,
1097 registra sua saída da plenária e solicita o acesso imediato ao registro de áudio dessa sessão,
1098 conforme prevê a Lei de Acesso à Informação. **X) ULAPSI - UNIÃO LATINO-AMERICANA DE**
1099 **ENTIDADES DE PSICOLOGIA** – Luciana Stoppa dos Santos contextualiza que há prazo para o
1100 CRP SP proponha atividade. A Ulapsi tem a proposta de que cada entidade indique aquilo que

1101 vai propor em relação a pauta latino-americana na Ulapsi. Assim, propõe a composição de um
1102 grupo de trabalho para pensar sobre o assunto, indicando o que devem garantir de discussões
1103 políticas. Sugere que o GT seja formado por representantes da Comissão de Direitos Humanos,
1104 Comissão de Ética, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Orientação e Fiscalização e
1105 Comissão de Comunicação. **Encaminhamento:** O plenário acorda a composição do GT, que
1106 será composto por Maria Mercedes Guarnieri (Comissão de Direitos Humanos), Edgar Rodrigues
1107 ou Rodrigo Toledo (Comissão de Ética), Ivani Francisco de Oliveira (Comissão de Políticas
1108 Públicas), Evelyn Sayeg (Comissão de Comunicação) e Regiane Aparecida Piva (Comissão de
1109 Orientação e Fiscalização). **REPACTUAÇÃO DO TETO DA PLENÁRIA** - Neste momento, às 19
1110 horas e 16 minutos, a Diretoria indica ao plenário a necessidade de reestabelecimento do teto da
1111 plenária. Aponta a necessidade de recomposição de todas comissões permanentes.
1112 Considerações do plenário: 1) Edgar Rodrigues sugere que o teto seja até que se esgote a pauta
1113 de recomposição, mas, se sequencia, retira sua proposta. 2) Márcio Magalhães sugere que
1114 recomponham comissões permanentes e os núcleos territoriais. 3) Ivani sugere que aprovelem em
1115 bloco e com o teto para finalização às 20 horas. 4) Marcio Magalhães acorda com a proposta
1116 apresentada pela conselheira Ivani. 5) Evelyn Sayeg diz que é um desrespeito e indica que o
1117 teto seja às 19 horas e 30 minutos. Aberto à votação: 12 (doze) votos pela proposta da
1118 conselheira Ivani Francisco de Oliveira e 02 (dois) votos pela proposta da conselheira Evelyn
1119 Sayeg. Assim, o teto da plenária fica estabelecido para às 20 horas. **XI) RECOMPOSIÇÃO DAS**
1120 **COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E**
1121 **REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – 11.1) Subsede Bauru** – Indica-
1122 se a exclusão da membra Lilian Magda de Macedo (06/71116) da Comissão Gestora e a
1123 inclusão de Jéssica Bispo Batista (06/130894). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a
1124 inclusão sugeridas. **11.2) Comissão de Ética** – Propõe-se a alteração de colaboradora para
1125 membro de Leticia de Assis Araújo (06/131966). **Encaminhamento:** Aprovada a alteração
1126 indicada. **11.2.1) Subsede de Bauru** - Indica-se a exclusão de Marta Alice Nelli Bahia (06/40893)
1127 enquanto membro da COE na Subsede e a inclusão de Márcio Magalhães da Silva (06/99618).
1128 **11.3) Comissão de Orientação e Fiscalização** – Indica-se a inclusão, como membro de COE,
1129 de Vanessa de Fátima Ribeiro Duarte (06/107165). **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de
1130 membro de COF sugerida. **11.3.1) Subsede Ribeirão Preto** – Indica-se a inclusão de Stephanie
1131 Coelho Aguiari (06/136776) como colaboradora da COF na subsede. **Encaminhamento:**
1132 Aprovada a inclusão sugerida. **11.3.2) Subsede Bauru** - Indica-se a inclusão, como
1133 colaboradores, de Lilian Magda de Macedo (06/71116) e Fabiano Boghossian Esperança
1134 (06/90723). **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões sugeridas. **11.3.3) Presidência da COF**
1135 – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira coloca o seu cargo de presidente da COF à disposição,
1136 indicando que poderá permanecer como membro da Comissão. Considerações do plenário: 1)
1137 Evelyn Sayeg indica Clarice Pimentel Paulon para ser presidenta da COF, indicando que a
1138 conselheira poderá trazer um novo olhar para a Comissão, o que entende ser necessário.

1139 Defende que é uma excelente conselheira, aprendeu muito rápido. Compareceu a várias
1140 Comissões de Instrução, tem capacidade de articulação, entende sobre o lugar das psicólogas
1141 que são fiscalizadas. Traria caráter mais interessante para a COF, de orientação e fiscalização
1142 qualificadas, principalmente. 2) Maria Rozineti Gonçalves, indicando que será feita uma defesa
1143 para cada uma das indicadas, sugere o nome de Regiane Aparecida Piva. Defende esse nome
1144 pelo grau de competência, de conhecimento de orientação e fiscalização. Já participou da
1145 Comissão de Ética, é membro desde o início desta gestão. É alguém já apropriado do percurso
1146 que é estar na COF. Considerando que há duas indicações de conselheiras para a presidência
1147 da COF, Luciana Stoppa dos Santos abre a votação. Aberto à votação: 02 (votos) para Clarice
1148 Pimentel Paulon e 12 (doze) votos para Regiane Aparecida Piva. Encaminhamento: Por votação,
1149 o plenário define Regiane Aparecida Piva como presidenta da Comissão de Orientação e
1150 Fiscalização. **11.4) Comissão de Auditoria e Controle Interno** – Informa-se que, como
1151 passaram a compor a Diretoria, Guilherme Rodrigues Raggi e Suely Ortiz automaticamente
1152 deixam de compor a Comissão de Auditoria e Controle Interno. Assim, é necessário recompor
1153 essa Comissão. Indica-se os nomes de Márcio Magalhães da Silva, Edgar Rodrigues, Maria das
1154 Graças Mazarin de Araújo, Andrea Mataresi e Monalisa Muniz do Nascimento. Os três nomes
1155 mais votados passarão a compor a Comissão. Edgar Rodrigues declina à sua indicação. Aberto
1156 à votação: 10 (dez) votos para Márcio Magalhães da Silva, 11 (onze) votos para Maria das
1157 Graças Mazarin da Silva, 11 (onze) votos para Monalisa Muniz do Nascimento, 02 (dois) votos
1158 para Andrea Mataresi e 03 (três) abstenções. **Encaminhamento:** Passam a compor a CACI,
1159 enquanto membros, as/os conselheiras/os Márcio Magalhães da Silva, Maria da Graça e
1160 Monalisa Muniz Nascimento. **11.4) Comissão de Direitos Humanos** – Sugere-se a inclusão de
1161 Lais Biasoli Moler (06/86932) e Alexandra Lelis dos Santos (06/127655) enquanto membros da
1162 CDH. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. **11.5) Comissão de Comunicação**
1163 – A mesa diretoria propõe, considerando que se trata de um lugar estratégico, responsável por
1164 passar à categoria as pretensões e defesas do plenário, o que está sendo feito, que a
1165 coordenação passe a ser realizada pela conselheira Ivani Francisco de Oliveira, pois entende
1166 que é preciso que quem ocupa esse lugar tenha total alinhamento político com este plenário, na
1167 medida em que houve declaração pública da atual coordenadora de que faz parte de outro grupo
1168 político, que não foi eleito a categoria. Indica, ainda, a inclusão de Márcio Magalhães como
1169 membro da referida Comissão. Considerações do plenário: 1) Evelyn Sayeg acha um
1170 desrespeito a proposta apresentada, pois não discutiram o que foi colocado anteriormente, não
1171 tendo sido discutido, desconsiderando a Comissão de Comunicação. Luciana Stoppa se recusou
1172 a discutir uma entrevista bastante importante sobre a Cracolândia no programa “Bom Dia Brasil”.
1173 Recusou-se a falar com ela, enquanto coordenadora da Comissão e, por isso, não foi feita a
1174 entrevista. Foram a primeira entidade a ser lembrada para falar sobre isso e entregaram a pauta
1175 ao CREMESP e ao CRESS, pela recusa da presidência em falar com ela. Considera o que está
1176 sendo feito uma perseguição, o que será denunciado e discutido amplamente. Coloca sua

1177 indignação e seu incomodo com tudo o que estão fazendo. Se sente desmerecida, silenciada e
1178 desvalorizada. Questiona se estão retirando-a da Comissão. 2) Luciana Stoppa responde que foi
1179 Evelyn que declarou o rompimento. 3) Evelyn Sayeg diz que não declarou rompimento ao
1180 projeto, pedindo que se indique em que plenária isso teria acontecido. 4) **Questão de ordem**,
1181 Maria Mercedes Guarnieri diz que essa discussão sobre se é do “Cuidar” ou do “Integra” não
1182 cabe neste momento. 5) Ivani indica o nome de Maria Mercedes Guarnieri para compor a
1183 Comissão enquanto membro, por sua criatividade. 6) Ed Otsuka defende que sejam mantidas as
1184 conselheiras Bruna Falleiros e Evelyn Sayeg na Comissão. Relata que não romperam com a
1185 plataforma e entende que há falta de reconhecimento de quem está no plenário. Retoma que
1186 quando eram um único grupo, todas/os atribuíam ao trabalho realizado por Evelyn Sayeg o êxito
1187 nas eleições. Considera óbvio que não teriam sido eleitos se não fosse trabalho dessas
1188 conselheiras, que pararam questões pessoais em prol deste coletivo. Continuam mantendo o
1189 que foi defendido na época do pleito eleitoral, não ficando no discurso vazio e raso. Os maiores
1190 êxitos que tiveram são graças a Comunicação, a visibilidade que deram, à forma de comunicar
1191 com a categoria, que antes era obsoleto e que atingiu tanto gente. Aberto à votação: 12 (votos)
1192 pela inclusão de Ivani Francisco de Oliveira como coordenadora da Comissão de Comunicação;
1193 01 (um) voto pela permanência de Evelyn Sayeg na coordenação; e, 02 (duas) abstenções. O
1194 plenário não apresenta objeção a inclusão, como membros, de Maria Mercedes Guarnieri,
1195 Marcio Magalhães e Evelyn Sayeg. **Encaminhamento:** Ivani Francisco de Oliveira passa à
1196 coordenação da Comissão de Comunicação e passam a integrar essa Comissão, como
1197 membros, Maria Mercedes Guarnieri, Marcio Magalhães e Evelyn Sayeg. **11.6) Comissão de**
1198 **Licitação** – Indica-se a exclusão do membro Rodrigo Toledo e a inclusão, como membro de
1199 Suely Castaldi Ortiz da Silva. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e a inclusão indicadas.
1200 **11.7) Câmara de Mediação da Comissão de Ética - CAM COE** – Indica-se a exclusão de
1201 Andrea Mataresi da coordenação e a inclusão de Rodrigo Toledo nessa função.
1202 **Encaminhamento:** Aprovada a alteração indicada. **11.8) Comissão de Saúde do Trabalhador**
1203 **- COMSAT** – Propõe-se a exclusão, como membro, de Rodrigo Toledo e a inclusão, como
1204 membro, de Suely Castaldi Ortiz da Silva. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão
1205 sugeridas. **11.9) Núcleo Assistência Social** – Indica-se a exclusão de Vinicius Cesca de Lima
1206 da coordenação ajunta e a inclusão, nessa função, de Ivana do Carmo Souza. A Diretoria explica
1207 que o coordenador do Núcleo está ciente e de acordo com a proposta. Ed Otsuka indica sua
1208 oposição e propõe a manutenção do conselheiro Vinicius Cesca Lima. Aberto à votação: 11
1209 (onze) votos para Ivana do Carmo Souza; 02 (dois) votos para Vinicius Cesca de Lima; e, 02
1210 (duas) abstenções. **Encaminhamento:** Por votação, o plenário define que a coordenação
1211 adjunta do Núcleo passará a ser feita pela conselheira Ivana do Carmo Souza. **11.10) Núcleo**
1212 **Criança e Adolescente - 11.10.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Propõe-se a
1213 exclusão da membra titular Juliane Macedo Manzini (06/80680) e a alteração de membro
1214 suplente para membro titular de Wilson Flavio Lourenço Nogueira (06/53258).

1215 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e a alteração propostas. **11.11) Núcleo Educação e**
1216 **Medicalização - 11.11.1) Subsede Assis** – Propõe-se a inclusão, como membro suplente, de
1217 João Danilo Burlim (06/94225). Encaminhamento: Aprovada a inclusão proposta. **11.12) Núcleo**
1218 **Emergências e Desastres** – Propõe-se a inclusão, como entidades colaboradoras, da Defesa
1219 Civil do Estado de São Paulo e da Rede Latino-americana de Psicologia em Emergências e
1220 Desastres. **Encaminhamento:** Aprovadas a inclusão das entidades indicadas. **11.13) Núcleo**
1221 **Justiça - 11.13.1) Subsede Assis** – Propõe-se a inclusão de Marcia Cristina Schwarz Mendes
1222 (06/34201), como membro titular, e de Eduardo Campos de Almeida Neves (06/50447) como
1223 membro suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de membros indicadas. **11.13.2)**
1224 **Subsede São José do Rio Preto** – Indica-se a inclusão, como membro suplente, de Evelisi
1225 Tavoloni (06/69884). **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão de membro indicada. **11.13.3)**
1226 **Membro representante de entidade** – Indica-se Susana Maria de Souza Moraes Borges
1227 (06/39942) como membra representante da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do
1228 TJ SP - AASPTJ/SP. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por
1229 encerrada a sessão às 20 horas, da qual eu, conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues Raggi
1230 Pereira, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todas/os as/os presentes.
1231 São Paulo, vinte e oito de outubro de dois mil e dezessete.

Aristeu Bertelli da Silva

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Borges Brambilla

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka



Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
Guarnieri

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto